

Anais da



IV Jornada Interdisciplinar de Pesquisa

CIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE:

Produzindo Ideias, Criando Oportunidades.

ORGANIZAÇÃO

1 COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof.^a Ms. Andréa Maria Cacenote
Coordenadora do Curso de Administração e de Gestão em Recursos Humanos

Prof.^a Ms. Bianca Tams Diehl
Coordenadora do Curso de Direito

Prof.^a Ms. Cátia Guadagnin Rossa
Coordenadora Adjunta do Curso de Ciências Contábeis

Prof. Ms. Leandro Steiger
Coordenador do Curso de Serviço Social

Prof. Ms. Marcos Volnei dos Santos
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Prof. Ms. Nedisson Luiz Gessi
Coordenador do Curso de Gestão em Tecnologia da Informação

2 COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Ms. Bianca Scaglioni Letzow
Diretora Interina Geral
Supervisora Acadêmica das Faculdades Integradas Machado de Assis

Prof.^a Dr.^a Márcia Adriana Dias Kraemer
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão - NPPGE

3 EDITORAÇÃO DOS ANAIS DO EVENTO

Prof.^a Dr.^a Márcia Adriana Dias Kraemer

4 EDITORAÇÃO GRÁFICA

Cheila Maris Guihl
Guilherme Bonnes

5 EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Prof.^a Denise Felber

6 APOIO TÉCNICO

Adelar André Fitz
Daiane da Rocha
Luciano Augusto de Oliveira Paz

Catálogo da Fonte

J532 Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades
Machado de Assis (4., 2014: Santa Rosa/RS).
Anais da IV Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades
Machado de Assis, Santa Rosa, RS, Brasil.

ISBN: 2177-1103

1. Pesquisa Científica. 2. Resumos Expandidos. I. Faculdades
Integradas Machado de Assis.

CDU:001.8

Catálogo na Fonte: Kelly M. Bernini – CRB-10/1541.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
PROGRAMAÇÃO DO EVENTO	09
ANAIS DO EVENTO	15
PARTE I	15
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS – FEMA	16
<i>Domingos Benedetti Rodrigues Bianca Tams Diehl</i>	
GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: IMPORTÂNCIA E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO PARA AS EMPRESAS	19
<i>Marceli Martinelli Nedisson Luís Gessi Edio Polacinski</i>	
A IMPORTÂNCIA DO MARKETING VERDE NA GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL	23
<i>Marceli Martinelli Nedisson Luís Gessi Edio Polacinski</i>	
IMPACTO DE AÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS	26
<i>Andrieli de Oliveira Andrighetti Louise Kühn Cátia Guadagnin Rossa</i>	
PROPOSTA DE VALORAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS COMETIDOS CONTRA A FLORA	29
<i>Melissa Bergmann Lenice de Carli Alexandre Hüller</i>	
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES PARA A SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA	33
<i>Eduardo Murilo Donadel Leandro Dorneles dos Santos Alecsander Bertolla Edio Polacinski</i>	

PARTE II	37
MARKETING SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO.....	38
<i>Francieli Adriani Welter</i>	
<i>Nedisson Luís Gessi</i>	
<i>Edio Polacinski</i>	
GESTÃO ESTRATÉGICA DE TI NA OBTENÇÃO DE RESULTADOS SUSTENTÁVEIS.....	42
<i>André Luis Kersten</i>	
<i>Ariel Radunz</i>	
<i>Marilei de Fátima Kovatli</i>	
PLANTIO DIRETO NA PALHA: PRODUÇÃO COM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	45
<i>Milton Racho</i>	
<i>Julio Cezar Thomé</i>	
<i>Letícia Lassen Petersen</i>	
O CAMINHO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM A CONSTRUÇÃO DA PONTE INTERNACIONAL LIGANDO BRASIL E ARGENTINA.....	49
<i>Angela Helena Hegele</i>	
<i>Angélica Gomes</i>	
<i>Gerson Edwino Hegele</i>	
<i>João Antonio Cervi</i>	
A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS NO BRASIL	53
<i>Caroline Petry</i>	
<i>Sinara Camera</i>	
DESCARTE E REAPROVEITAMENTO DO LIXO ELETRÔNICO	57
<i>Christian Ademir Linck</i>	
<i>Maurício Turra Vanzella</i>	
<i>Marilei de Fátima Kovatli</i>	
PARTE III	61
A GENEALOGIA E A ARQUEOLOGIA DO DISCURSO AMBIENTAL.....	62
<i>Mário José Puhl</i>	
<i>Márcia Adriana Dias Kraemer</i>	
ESTUDO DO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE	66
<i>Jonas Bordim</i>	
<i>Nedisson Luís Gessi</i>	
<i>Marilei de Fátima Kovatli</i>	

A AUDITORIA AMBIENTAL EMPRESARIAL COMO PRESSUPOSTO DA SUSTENTABILIDADE	69
<i>Natóia Vatuzy Loose</i>	
<i>Domingos Benedetti Rodrigues</i>	
ÊXODO RURAL E O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	72
<i>Deise Jenifer Eisen</i>	
<i>Morgana Freddi</i>	
<i>Cátia Guadagnin Rossa</i>	
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	76
<i>Ângela Denise da Rosa</i>	
<i>Domingos Benedetti Rodrigues</i>	
ZONEAMENTO URBANO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	77
<i>Roberto Pozzebon</i>	
<i>Bianca de Melo Hartfil</i>	
REGISTROS	81

APRESENTAÇÃO

A **IV Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMa**, realizada no dia 05 de novembro de 2014, na Unidade II da Instituição, materializou-se como um evento que articulou investigações científicas decorrentes do trabalho de docentes e de discentes da entidade com pleno sucesso.

Ao enfatizar o eixo temático **Desenvolvimento Regional Sustentável** e focalizar a **Ciência** e a **Sustentabilidade**, chamou a atenção da comunidade educacional e pública. Assim, consideramos que o objetivo de criar espaço para o debate acerca da temática **Ciência** e **Sustentabilidade**, interdisciplinar e transdisciplinarmente, foi alcançado com êxito.

Efetivando a participação de investigadores das Ciências Sociais e Aplicadas das Faculdades Integradas Machado de Assis e de outros setores educacionais e comunitários, três ambientes comportaram as apresentações e os debates com os seguintes mediadores:

✓ **Grupo I:**

Prof.^a Ms. Bianca Tams Diehl – Direito (Coord.)

Prof. Ms. Nédisson Luis Gessi - Gestão da Tec. da Informação

Prof. Esp. José Fernando Borella – Administração

✓ **Grupo II:**

Prof. Esp. Gerson Miguel Lauermann – Ciências Contábeis (Coord.)

Prof.^a Ms. Marilei de Fátima Kovatli – Gestão da Tec. da Informação

Prof.^a Dr.^a Sinara Camera – Direito

✓ **Grupo III:**

Prof.^a Ms. Cátia Guadagnin Rossa - Ciências Contábeis (Coord.)

Prof. Esp. Jonas Bordin – Gestão de Recursos Humanos

Prof. Ms. Mário José Puhl – Direito e Serviço Social

A IV Jornada Interdisciplinar de Pesquisa – FEMa também encerrou, com

suas apresentações científicas, a *XIII Mostra de Trabalhos Científicos de Administração e de Ciências Contábeis*; da *XIII Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais de Iniciação Científica dos Cursos de Direito e de Serviço Social*; bem como da *VIII Mostra de Trabalhos Científicos de Gestão de Recursos Humanos e de Gestão da Tecnologia da Informação*.

A Coordenação do **Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE** e a Direção Geral das **Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA** sentem-se gratificadas e agradecidas em relação ao empenho demonstrado pelos coordenadores de Curso, pelos professores mediadores das salas de debate e dos participantes, apresentadores e ouvintes, docentes e discentes, da **IV Jornada Interdisciplinar de Pesquisa**.


Todos envolvidos demonstraram, efetivamente, que estão produzindo **ideias** por meio da **ciência** e estão criando **oportunidades** para que as ações do homem sejam gradativamente mais **sustentáveis**. Desejamos, portanto, uma excelente leitura desta mostra de trabalhos científico-acadêmicos dispostas nos Anais do Evento.

Márcia Adriana Dias Kraemer
Prof.^a Dr.^a das Faculdades Integradas Machado de Assis
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE/FEMA

Bianca Scaglioni Letzow
Prof.^a Ms. das Faculdades Integradas Machado de Assis
Supervisora Acadêmica e Diretora Geral Interina da FEMA

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

A programação teve o intuito de organizar os diferentes Grupos de Apresentação e Debate inseridos na IV Jornada Interdisciplinar de Pesquisa FEMA, de forma a otimizar e adequar a participação de todos convidados e ingressantes no acontecimento.

				
CRONOGRAMA DE TRABALHOS				
GRUPO I				
MEDIADORES: BIANCA TAMS DIEHL - DIR JOSÉ FERNANDO BORELLA - ADM NEDISSON LUÍS GESSI – GTI				
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min TEMPO DO APRESENTADOR: 15min ENSALAMENTO: Auditório – Unidade II				
N.	HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	ÁREA
1	19h40min	PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS – FEMA	Domingos Benedetti Rodrigues FEMA	DIR

2	20h	GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: IMPORTÂNCIA E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO PARA AS EMPRESAS.	Marceli Martinelli FEMA Nedisson Luís Gessi FEMA Edio Polacinski FEMA/URI	ADM
3	20h20min	A IMPORTÂNCIA DO MARKETING VERDE NA GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL	Marceli Martinelli FEMA Nedisson Luís Gessi FEMA Edio Polacinski FEMA/UR	ADM
4	20h40min	IMPACTO DE AÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS	Andrieli de Oliveira Andrighetti FEMA Louise Kühn FEMA Cátia Guadagnin Rossa FEMA	CC
5	21h	PROPOSTA DE VALORAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS COMETIDOS CONTRA A FLORA	Melissa Bergmann DEFAP/SEMA Lenice de Carli DEFAP/SEMA Alexandre Hüller DEFAP/SEMA	DEFAP SEMA
6	21h20min	A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES PARA A SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA	Eduardo Murilo Donadel URI Leandro Dorneles dos Santos URI Alecsander Bertolla URI Edio Polacinski FEMA/URI	ADM
21h40min				
DEBATE COORDENADO PELOS MEDIADORES DO GRUPO I ACERCA DOS TRABALHOS APRESENTADOS				



CRONOGRAMA DE TRABALHOS


GRUPO II

**MEDIADORES: GERSON MIGUEL LAUERMANN – ADM/CC
MARILEI DE FÁTIMA KOVATLI – GTI
SINARA CAMERA - DIR**

**INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min
TEMPO DO APRESENTADOR: 15min
ENSALAMENTO: Sala 162 – Unidade II**

N.	HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	ÁREA
1	19h40min	MARKETING SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO	Francieli Adriani Welter FEMA Nedisson Luís Gessi FEMA Edio Polacinski FEMA/URI	ADM
2	20h	GESTÃO ESTRATÉGICA DE TI NA OBTENÇÃO DE RESULTADOS SUSTENTÁVEIS	André Luis Kersten FEMA Ariel Radunz FEMA Marilei de Fátima Kovatli FEMA	GTI
3	20h20min	PLANTIO DIRETO NA PALHA: PRODUÇÃO COM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.	Milton Racho FEMA Julio Cezar Thomé Ziegler FEMA Leticia Lassen Petersen FEMA	DIR

4	20h40min	O CAMINHO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM A CONSTRUÇÃO DA PONTE INTERNACIONAL LIGANDO BRASIL E ARGENTINA	Angela Helena Hegele FEMA Angélica Gomes FEMA Gerson Edwino Hegele FEMA João Antonio Cervi FEMA	CC/ADM/DIR
5	21h	A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS NO BRASIL	Caroline Petry FEMA Sinara Camera FEMA	DIR
6	21h20min	DESCARTE E REAPROVEITAMENTO DO LIXO ELETRÔNICO	Christian Ademir Linck FEMA Maurício Turra Vanzella FEMA Marilei de Fátima Kovatli FEMA	GTI
<p>21h40min</p> <p>DEBATE COORDENADO PELOS MEDIADORES DO GRUPO II ACERCA DOS TRABALHOS APRESENTADOS</p>				

 <p>IV Jornada Interdisciplinar CIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE: Produzindo Ideias, Criando Oportunidades.</p>
CRONOGRAMA DE TRABALHOS
GRUPO III
<p>MEDIADORES: CÁTIA GUADAGNIN ROSSA- CC JONAS BORDIM – GTI/GRH MÁRIO JOSÉ PUHL - DIR/SS/GTI</p>

INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min
TEMPO DO APRESENTADOR: 15min
ENSALAMENTO: Sala 210 – Unidade II


N	HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	ÁREA
1	19h40min	A GENEALOGIA E A ARQUEOLOGIA DO DISCURSO AMBIENTAL	Mário Puhl FEMA Márcia Kraemer FEMA	SS/GTI/DIR
2	20h	ESTUDO DO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE	Jonas Bordim FEMA Nedisson Luis Gessi FEMA Marilei de Fátima Kovatli FEMA	GTI
3	20h20min	A AUDITORIA AMBIENTAL EMPRESARIAL COMO PRESSUPOSTO DA SUSTENTABILIDADE	Natóia Vatuzy Loose FEMA Domingos Benedetti Rodrigues FEMA	DIR
4	20h40min	ÊXODO RURAL E O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Deise Jenifer Eisen FEMA Morgana Freddi FEMA Cátia Guadagnin Rossa FEMA	ADM
5	21h	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Ângela Denise da Rosa FEMA Domingos Benedetti Rodrigues FEMA	DIR
6	21h20min	ZONEAMENTO URBANO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	Roberto Pozzebon FEMA Bianca de Melo Hartfil FEMA	DIR

21h40min

**DEBATE COORDENADO PELOS MEDIADORES DO GRUPO III
ACERCA DOS TRABALHOS APRESENTADOS**

ANAIS DO EVENTO

A consciência da realidade global em relação à ciência e à sustentabilidade é estimulada no encontro por meio da apresentação de trabalhos técnico-científicos em forma de resumos expandidos, materializados discursivamente nos Anais do Evento, em que os participantes, na Unidade II da FEMA, explanaram em dinâmicas interdisciplinares e transdisciplinares as suas comunicações. Estas são coordenadas e mediadas por professores do corpo docente da Instituição, articulistas dos temas abordados em cada painel de debate.

 <p>IV Jornada Interdisciplinar CIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE Produzindo Ideias, Criando Oportunidades.</p>
RESUMOS EXPANDIDOS
GRUPO I
MEDIADORES: PROF.^a Ms. BIANCA TAMS DIEHL - DIR PROF. Esp. JOSÉ FERNANDO BORELLA - ADM PROF. Ms. NEDISSON LUÍS GESSI – GTI

PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS - FEMA

Domingos Benedetti Rodrigues¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a implantação do projeto de Responsabilidade Socioambiental das Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA de Santa Rosa RS, com início em 2014, atendendo ao disposto da Constituição Federal de 1988. O texto se constitui numa síntese do projeto original que fora aprovado pelo curso de Direito e pela Direção das Faculdades Integradas. Trata-se de um projeto que se caracteriza numa política a ser desenvolvida pelo curso de Direito, mediante a participação da sua Coordenação e de toda a estrutura organizacional do curso. Será um projeto permanente, cuja coordenação está sob minha responsabilidade.

Seu objetivo geral é construir uma política de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão voltadas às questões de meio ambiente no curso de Direito, nos demais cursos superiores de graduação e de especialização, no ensino infantil, fundamental, médio e técnico profissionalizante, nos setores administrativos e na Fundação mantenedora, a fim de que seja cumprida a responsabilidade socioambiental da Instituição, como preceitua a Constituição Federal de 1988, mediante o desenvolvimento da educação ambiental.

Nesta seara, o curso de Direito da FEMA, preocupado com a importância da preservação e recuperação ambiental, e, o que isso pode representar para os interesses dos seus egressos e da sociedade, assume suas responsabilidades constitucionais. Por isso, se propõe a desenvolver este projeto, que será extensivo às Faculdades Integradas, demais níveis de ensino e todos os setores administrativos da Instituição, a fim de contribuir com a construção do projeto da Responsabilidade Socioambiental institucional, mediante a participação de toda comunidade escolar da Instituição.

1 METODOLOGIA

A metodologia a ser adotada para a execução do projeto consta de três etapas. Na sua primeira etapa, o projeto será desenvolvido pelo curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis, cuja abrangência será internamente no âmbito do curso. Na sua segunda etapa, a proposta é extensiva a todos os cursos superiores da Instituição, para que o projeto seja implantado no âmbito dos

¹ Doutorando em Educação nas Ciências pela UNIJUI. Beneficiário da Taxa CAPES desde março de 2013. Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas. Professor do curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA e coordenador do Projeto Responsabilidade Socioambiental da FEMA. Professor do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Advogado. mingojuslex@yahoo.com.br

mesmos. Numa terceira etapa, a proposta será levada para o ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico profissionalizante e aos setores administrativos da Instituição. Com a definição e execução de uma proposta de políticas de educação ambiental em todo o complexo FEMA, será construída a proposta de atuação Institucional, com relação as questões de meio ambiente, caracterizando-se, assim, a responsabilidade socioambiental da Instituição.

2 ANÁLISE

A importância deste projeto é com fulcro numa obrigação constitucional de todos, e assim, o curso estará atendendo a legislação voltada a responsabilidade socioambiental. Como a FEMA, atua na educação, que vai desde o ensino infantil até a graduação e especialização, sua responsabilidade socioambiental é criar as condições necessárias, para que as ações de educação ambiental aconteçam de forma interdisciplinar e transdisciplinar. Da mesma forma, os setores administrativos dentro das suas esferas de competência e a Diretoria da Fundação Educacional Machado de Assis, terão a oportunidade de desenvolver ações integradas de gestão ambiental de acordo com a legislação vigente, a fim de contribuir no desenvolvimento da função socioambiental da FEMA.

Outro fator digno de nota, é a formação do eco-cidadão, tanto no plano individual, quanto no âmbito coletivo, a respeito do seu papel a ser desenvolvido em prol dos cuidados com o meio ambiente. E por último, a necessidade das organizações de caráter público e privado, desenvolverem ações de educação ambiental, que vão caracterizar sua função socioambiental a partir do seu campo de atuação, para que possam cumprir com as determinações do artigo 170, inciso VI, e do artigo 225 da Constituição Federal.

A Constituição Federal em seu art. 225 caput determina, que a responsabilidade em defender e preservar o meio ambiente é do Poder Público e da Sociedade, para que os diversos ambientes, como o natural, o urbano, o de trabalho e o cultural, sejam ecologicamente equilibrados. A sua preservação e conservação é voltada a garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para as atuais e futuras gerações em busca da sadia qualidade de vida e do bem estar.

No entanto, o mesmo dispositivo constitucional em seu parágrafo primeiro inciso VI, estabelece a obrigatoriedade da realização da educação ambiental em todos os níveis de ensino e da conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Desta forma, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação ambiental como atividade obrigatória em dos os níveis de ensino de uma instituição escolar. Neste sentido, a Lei Federal nº 9795/1999 o Decreto nº 4281 de 2002, regulamentam a norma Constitucional no tocante ao assunto.

Da mesma forma o artigo 170, VI da Constituição Federal de 1988 determina que, a empresa precisa cumprir com as suas funções socioambientais. Para tanto, ela fica obrigada a desenvolver ações de educação ambiental internamente na sua estrutura organizacional, bem como na sua área de atuação. Essa preocupação com o meio ambiente dever ser levada em consideração durante o seu processo

produtivo, ou educacional em se tratando de uma escola, para que, sua atividade contribua com a preservação e conservação do equilíbrio dos ambientes.

CONCLUSÃO

Portanto, toda organização possui obrigatoriedade de promover a gestão ambiental, mediante políticas de proteção e conservação do equilíbrio do meio ambiente, através do exercício da sua atividade, no caso da FEMA, atividade educacional. A tutela do meio ambiente, se elevou a categoria de norma constitucional, como sendo uma responsabilidade compartilhada entre o Poder Público e as organizações que integram a sociedade. Desta maneira, toda organização tem como responsabilidade constitucional, o cumprimento da sua função socioambiental, durante o exercício das suas atividades, e, assim trazer sua parcela de contribuição em favor do meio ambiente.

Sendo assim, o curso de Direito da FEMA, preocupado com a importância da preservação e recuperação ambiental, e, o que isso pode representar para os interesses dos seus egressos e da sociedade, assume suas responsabilidades constitucionais. Se propõe desenvolver este projeto, que será extensivo às Faculdades Integradas da Instituição, demais níveis de ensino e os setores administrativos, a fim de contribuir com a construção do projeto da responsabilidade socioambiental institucional.

REFERÊNCIAS

MORAES, Alexandre (Org.). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

COLEÇÃO SARAIVA DE LEGISLAÇÃO. **Legislação de Direito Ambiental**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: IMPORTÂNCIA E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO PARA AS EMPRESAS.

Marceli Martinelli¹
Nedisson Luís Gessi²
Edio Polacinski³

INTRODUÇÃO

Este estudo visa apresentar a importância que a gestão ambiental representa para as empresas que buscam produzir sem agredir ao meio ambiente, ou seja, de forma sustentável, bem como destacar algumas das diferentes técnicas de produção utilizadas atualmente pelas organizações. Neste contexto, evidencie-se que se torna visível o avanço da humanidade frente ao desenvolvimento, mais ainda a maneira pela qual as empresas buscam se desenvolver sem administrar os recursos não renováveis utilizados nos processos de fabricação. Frente a este cenário de desenvolvimento e necessidade de preservação ambiental o questionamento que a presente pesquisa busca responder é: tornar-se possível a produção das empresas atualmente sem afetar o meio a qual a sociedade está inserida? Com base nisso, ressalte-se que sim, uma vez que se identifica nos dias de hoje diversas técnicas para tanto, como por exemplo, as “P+L” e a “Química Verde”, as quais serão analisadas na presente pesquisa.

1 METODOLOGIA

Quanto à metodologia, o trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, ou seja, de cunho teórico, pelo qual se buscou referenciar os autores que explanam sobre as diversas técnicas disponíveis para as empresas adotarem no processo produtivo com viés ambiental. Em relação aos objetivos, classifica-se como uma pesquisa descritiva, em função de que a partir de livros, apresentou-se a descrição dos conceitos conforme o objetivo de pesquisa, bem como a temática proposta.

2 GESTÃO AMBIENTAL E SUAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO

Inicialmente torna-se importante salientar de acordo a Dias (2011) que se pode dizer que há séculos atrás a preocupação que as pessoas tinham com o meio ambiente era praticamente nula, contudo, e já com o avanço dos tempos e a evolução da humanidade começaram a surgir os primeiros problemas para com o meio ambiente, como por exemplo, a agressão à camada de ozônio, derretimento

¹MBA Gestão em Marketing – Faculdades Integradas Machado de Assis. Marcelymartinelli@yahoo.com.br

² Mestre em Ensino Científico e Tecnológico. Professor e Coordenador do Curso de Gestão de TI. Faculdades Integradas Machado de Assis. nedisson@fema.com.br

³ Doutor em Engenharia de Produção – Professor da FEMa e URI. edio.pk@gmail.com

das geleiras, desmatamentos, poluição das águas e solos. Neste sentido, segundo Junior e Demajoravic (2006), as concentrações de CO₂ na atmosfera são atualmente 30% mais elevadas que no ano de 1970, sabe-se ainda que a metade dos rios do mundo estão seriamente contaminados, e ainda mais de 2 bilhões de hectares de solo estão degradados devido a atividade humana.

Acrescente-se que não só o homem, mas também e principalmente, as empresas com a evolução dos tempos passaram a ter um papel importante neste aumento da poluição do meio ambiente. Dias (2011) complementa que um dos problemas mais visíveis causados pela industrialização das empresas é a destinação dos resíduos de qualquer tipo, quer seja sólido, líquido ou gasoso, que sobram do processo produtivo, e que afetam diretamente o meio ambiente.

Observe-se que hoje em dia, graças aos consumidores exigentes que se preocupam com o meio ambiente, as empresas se obrigam a trabalhar e produzir de forma a reduzir ou mesmo eliminar as agressões ao meio ambiente. Neste contexto, Barros (2013, p. 92) destaca que as empresas devem adotar “a estratégia ambiental preventiva - aplicada aos processos, produtos e serviços para minimizar impactos ambientais”.

É visível que existem procedimentos adotados pelas organizações para diminuir o impacto ambiental, porém, ainda é em pequena escala. Para Dias (2011), embora ainda existam empresários que possuem uma visão ultrapassada quanto à preocupação com o meio, também se tem uma mudança bastante sensível no empresariado em relação à percepção da importância da questão ambiental e de como ela pode afetar os seus negócios a curto, médio e longos prazos.

O papel das organizações está mudando, ainda que lentamente, mas com um rumo definido para maior responsabilidade social, e não mais unicamente pela sua capacidade de produzir. (DIAS, 2011).

Um das medidas já adotadas por certas empresas é a produção mais limpa (P+L), que descreve um enfoque preventivo de gestão ambiental, o qual reflete uma mentalidade de produzir com mínimo impacto, dentro dos atuais limites tecnológicos e econômicos, não se contrapondo ao crescimento. (JUNIOR; DEMAJORAVIC, 2006).

Adicionalmente, conforme os referidos autores evidencie-se que a produção mais limpa é um processo de técnicas que busca a eficiência produtiva, a redução da poluição na fonte, a redução ou eliminação de riscos para o ser humano e ao meio ambiente. Também, que existem processos como a química verde, que nada mais é que o uso da química para prevenir a poluição, ou seja, o planejamento de produtos e processos químicos que sejam saudáveis ao ambiente, que pretende:

- a) Prevenir a geração de resíduos;
- b) Projetar produtos químicos que mantenham sua eficiência ao mesmo tempo em que reduzem a sua toxicidade;
- c) Eliminar o uso de substâncias auxiliares (por exemplo: solventes);
- d) Projetar para a eficiência energética;
- e) Usar matérias primas e insumos renováveis.

Vale ressaltar que essas premissas como a “produção mais limpa” e a “química verde” são processos que grandes empresas procuram trabalhar para

umentar a sua responsabilidade com o meio ambiente e produzir agredindo o mínimo possível o mesmo. Sob este enfoque, Jabbour e Jabbour (2013, p. 6), complementam que “a relevância da gestão ambiental dentro das organizações reflete a preocupação da sociedade com o meio ambiente”.

A verificação da sociedade para com as empresas em suas responsabilidades de gerenciar sem degradar ao meio ambiente é um fator estimulante para as organizações se preocuparem cada vez mais com o destino dos dejetos. Para tanto, Barros (2013), coloca que existem medidas que as empresas podem adotar para prevenir ou diminuir a poluição, que são:

- a) Redução de poluição na fonte - reduzir o volume ou o peso dos resíduos gerados e modificar as suas características;
- b) Reuso - usar os resíduos da mesma forma como foram produzidos, como por exemplo, reaproveitar restos de matéria prima; trabalhar novamente peças defeituosas, etc;
- c) Reciclagem interna - tratar os resíduos para torná-los novamente aproveitáveis nas próprias fontes produtoras;
- d) Recuperação energética - nem todo resíduo pode ser reciclado, porém pode reaproveitar o poder calorífico para a geração de energia.

Importante ressaltar que essas medidas e outras relacionadas à gestão sem agredir o meio ambiente para Jabbour e Jabbour (2013) podem ser caracterizadas como modernas práticas de gerenciamento empresarial que objetivam a melhoria da relação entre as organizações e o meio ambiente.

CONCLUSÃO

Inicialmente ressalte-se que é necessário que haja uma produção em grande escala para que a humanidade e suas necessidades sejam supridas constantemente, todavia, é crucial a administração pelas empresas, dos recursos não renováveis para evitar a escassez e até mesmo a extinção das matérias-primas de fabricação. Além disso, que tudo que se utiliza pelas empresas para a realização de produtos, ou mesmo a prestação de serviços, deve ser administrado para não contribuir com mais uma parcela de dejetos não aceitáveis no ciclo normal de regeneração da natureza.

Por fim, complementa-se conforme apresentado na presente pesquisa que abordada desta maneira, é excelente e bem vista pela sociedade a “gestão ambiental voltada ao desenvolvimento sustentável” que utiliza as práticas de “P+L” e “Química Verde”, além do “Reuso” e da “Redução da poluição da fonte” para produzir de forma a garantir a competitividade das empresas, mas, especialmente, de garantir a sobrevivência das gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. L. P. **Gestão ambiental empresarial**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

JABBOUR, A. B. L. de S.; JABBOUR, C. J. C. **Gestão Ambiental nas Organizações**: fundamentos e tendências. São Paulo: Atlas, 2013.

JUNIOR, A. V.; DEMAJOROVIC, J. **Modelos de Gestão ambiental**: desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Senac, 2006.

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING VERDE NA GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL

Marceli Martinelli¹
Nedisson Luís Gessi²
Edio Polacinski³

INTRODUÇÃO

É perceptível a mudança de hábitos de grande parte dos consumidores que optam por comprar produtos ecologicamente corretos, sendo que os mesmos estão mais exigentes, e em muitos casos não aceitam outros tipos de produtos, os quais vem apresentando um forte apelo de marketing. Assim, neste contexto, este estudo teve como objetivo apresentar a importância do marketing verde na gestão ambiental empresarial. Espera-se a partir da presente pesquisa oferecer subsídios de informações teóricas a pesquisadores e profissionais interessados na temática proposta.

1 METODOLOGIA

Quanto à metodologia de pesquisa, o trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica, com características descritivas, pelo qual se buscou referenciar os autores e descrever os conceitos que permitiram caracterizar a proposta de estudo, a partir de uma fonte de dados secundária, ou seja, especialmente baseada em livros.

2 MARKETING VERDE NA GESTÃO AMBIENTAL E SUA IMPORTÂNCIA

O aumento da responsabilidade ambiental em todo o mundo fez com que as pessoas e as empresas se conscientizassem mais sobre a preservação do planeta, adotando medidas preventivas e corretivas para a preservação do meio ambiente. Esta responsabilidade gerou maiores exigências aos consumidores sobre a procedência de certos produtos, obrigando beneficentemente as empresas a se adequarem cada vez mais sobre a gestão ambiental.

Assim sendo, e de acordo a Dias (2011) evidenciam-se que as preocupações ambientais vêm assumindo gradativamente maior importância junto aos consumidores que passam a procurar produtos que incorporam a variável ecológica e, como consequência imediata, as empresas também procuram um posicionamento favorável perante aos seus clientes, utilizando-se de estratégias de marketing verde como variável competitiva.

¹MBA Gestão em Marketing – Faculdades Integradas Machado de Assis. Marcelymartinelli@yahoo.com.br

² Mestre em Ensino Científico e Tecnológico. Professor e Coordenador do Curso de Gestão de TI. Faculdades Integradas Machado de Assis. nedisson@fema.com.br

³ Doutor em Engenharia de Produção – Professor da FEMA e URI. edio.pk@gmail.com

Observe-se que o marketing verde não é somente a comercialização de produtos que não prejudiquem o meio ambiente, é também uma forma de articular as relações entre o consumidor, a empresa e o meio ambiente, assim ao adotar a ideia de marketing ecológico deve-se ter em mente essa concepção macro do processo, onde a compreensão sobre a preservação do meio ambiente esteja atrelada a organização e as pessoas que a integram (DIAS, 2011).

Desta maneira, com a sustentabilidade como um diferencial competitivo, as organizações tornam-se referência nas escolhas dos consumidores. Sob este enfoque, Barros (2013, p. 26), salienta que “uma empresa sustentável é aquela que contribui com o desenvolvimento sustentável, gerando, simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais”.

Do ponto de vista ambiental, a consciência ecológica empresarial tem sido motivada pelo poder público, da opinião pública e dos consumidores, sendo que em muitos casos pela possibilidade de melhorar a imagem junto a determinados mercados, resultando em um aumento de benefícios. (DIAS, 2011).

Diante disso, e conforme Jabbour e Jabbour (2013) estes benefícios podem ser os seguintes:

- a) A melhoria do desempenho operacional - está associada ao conceito de ecoeficiência, que significa aproveitar da melhor forma possível os recursos naturais e matérias-primas úteis aos processos produtivos de uma organização;
- b) Redução de custos operacionais - pela busca da ecoeficiência produz mais produtos com menos quantidade de insumos, proporciona redução de custos associados à matéria-prima;
- c) Melhoria no potencial inovador das organizações - a gestão ambiental exige que os dirigentes planejem, organizem, dirijam e controlem as atividades organizacionais incorporando em seu processo de decisão a preocupação com o meio ambiente;
- d) O acesso às fontes de crédito e financiamento - também pode ser influenciado pela gestão ambiental;
- e) A elevação da reputação corporativa - a reputação corporativa pode ser definida como o prestígio de uma organização perante seus interessados.

Assim sendo, práticas como estas anteriormente referenciadas são medidas que capacitam as organizações de exercerem o marketing verde sobre seus produtos, vendas, preços e praças.

Os 4Ps apresenta uma área de decisão que pode ser transformada a partir da inclusão das questões ambientais, ou seja, geralmente os produtos tendem a serem acompanhados por algum tipo de selo ou rótulo ambiental, que atesta a melhoria ambiental do produto, o preço também tende a ser transformado, uma vez que pode ficar mais caro em função das melhorias ambientais que proporciona. Na praça distribui-se os produtos em locais também comprometidos com as melhorias das condições ambientais, e por fim, na promoção que deve estar claro que se trata de produtos ambientalmente melhorados, que proporcionam redução nos impactos ambientais quando comparados aos seus concorrentes (JABBOUR; JABBOUR, 2013).

Além disso, empresas que buscam ser referência na comercialização de produtos com selos de garantia, possibilitam obter a certificação ambiental que se baseia na ISO 14001. Embora ela não exija que a empresa tenha atingido o melhor desempenho ambiental possível, porém o conceito da melhoria contínua inserindo nesta norma visa justamente estimular o aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Ambiental, depois de assegurar que ela tenha sido plenamente implantada (VALLE, 2004).

Convém ressaltar ainda que é possível ao adotar o marketing verde como política empresarial capacitar à organização não só a aplicar práticas de sustentabilidade, mas sim, de produzir com o mínimo de desperdício, e prepará-la para adquirir a ISO 14001, além de disponibilizar e de se alto promover com o marketing ecológico.

CONCLUSÃO

Em primeiro momento destaque-se que o marketing verde torna-se uma opção de sustentabilidade e de produção com o mínimo de desperdício possível, além de promover a organização perante os seus clientes e concorrentes. Além disso, com base nele se sabe da antecedência dos produtos e o resultados das não conformidades, uma vez que tudo é planejado para o seu reaproveitamento. Também as práticas sustentáveis não só promovem a empresa como auxiliam a preservação ambiental.

Finalmente, ressalte-se que as referidas medidas futuramente capacitam as organizações a adquirirem certificações mais relevantes, como as ISO 9001 e 14001, as quais são consideradas referência em qualidade e preservação ambiental no mercado competitivo.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. L. P. **Gestão ambiental empresarial**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

JABBOUR, A. B. L. de S.; JABBOUR, C. J. C. **Gestão Ambiental nas Organizações**: fundamentos e tendências. São Paulo: Atlas, 2013.

VALLE, C. E. **Qualidade ambiental ISO 14000**. São Paulo: Senac, 2004.

IMPACTO DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Andrieli de Oliveira Andrighetti¹

Louise Kühn²

Cátia Guadagnin Rossa³

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável surge como um instrumento de auxílio para que as empresas desenvolvam suas produções com a obrigação de preservar o meio ambiente e a vida das gerações futuras.

O trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo sobre a importância de praticar o desenvolvimento sustentável nas empresas, detalhando o seu significado; as vantagens e as consequências de não realizar o desenvolvimento sustentável de forma consciente.

O qual analisa que o desenvolvimento sustentável é fundamental para que a empresa de forma consciente possa reduzir os efeitos negativos que o grande avanço tecnológico e produtivo causa no ambiente; e que existem consequências se as empresas não se conscientizarem que é muito importante praticar o desenvolvimento sustentável. O estudo aborda a forma de como as empresas podem praticar o desenvolvimento sustentável, levando em consideração os pontos positivos que esse traz para a sociedade, para a vida de cada indivíduo e principalmente para o meio ambiente.

1 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado em base teórica, descrevendo conceitos sobre a sustentabilidade e trazendo análises sobre as consequências dos atos empresariais ao meio ambiente. Relata a importância de atos sustentáveis e conscientes a favor do ambiente. A pesquisa do trabalho foi de forma bibliográfica, objetiva e crítica dos assuntos abordados e analisados.

2 IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUTENTÁVEL NAS EMPRESAS

Com o passar dos tempos o mundo econômico vem crescendo e fortalecendo-se muito. Este crescimento afeta negativamente outros pontos como a natureza, nível de poluição e a miséria, pondo em risco o futuro das próximas gerações. E a sugestão de um desenvolvimento sustentável vem com o intuito de

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis. 6º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. andrieli.eli@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Ciências Contábeis. 6º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. louisekuhn@hotmail.com

³ Mestre em desenvolvimento. Orientadora. Professora do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. catiarossa@fema.com.br

buscar a harmonia entre o ser humano e natureza. Segundo Valle “O desenvolvimento sustentável deve, portanto, assegurar as necessidades econômicas, sociais, ambientais, sem comprometer o futuro de nenhuma delas.” (VALLE, 2004, p.29).

As empresas desempenham um papel muito importante quando se fala em desenvolvimento sustentável, elas contribuem com redução de desperdícios de recursos, como a matéria- prima, energia e também com a diminuição da emissão de gases que poluem a natureza, mas muitas empresas ficam na dúvida se devem investir na questão ambiental, pois pode aumentar as despesas e conseqüentemente o custo do produto fabricado. Conforme Donaire “Quando considerarmos a questão ambiental do ponto de vista empresarial, a primeira dúvida que surge diz respeito ao aspecto econômico.” (DONAIRE, 2009, p.51).

O desenvolvimento da gestão ambiental nas empresas vai depender de como esta organizada a cultura das empresas:

A preocupação com a gestão ambiental pode ter visões distintas conforme a cultura organizacional das empresas.[..]. [..], três visões mais comuns de abordagem para a gestão ambiental empresarial: controle da poluição, prevenção da poluição, abordagem estratégica. (CARVALHO; RABECHINI JR., 2011, p.302).

Portanto vai depender de cada empresa o tipo de ação que irá desempenhar para contribuir com o desenvolvimento sustentável entre elas DONAIRE leciona:

[..] reciclagem de materiais que tem trazido uma grande economia de recursos para as empresas; o reaproveitamento dos resíduos internamente ou sua venda para outras empresas através de Bolsas de Resíduos ou negociações bilaterais; o desenvolvimento de novos processos produtivos com a utilização de tecnologias mais limpas ao ambiente [...]; desenvolvimento de novos produtos para um mercado cada vez maior de consumidores conscientizados com a questão ecológica, geração de materiais de grande valor industrial a partir do lodo tóxico, estações portáteis de tratamento,[..]. (DONAIRE, 2009,51-52).

Para desenvolver uma dessas ações basta a empresa se conscientizar e tomar iniciativa, com isso vai colaborar para o desenvolvimento sustentável; também poderá transformar em oportunidades de negócios , redução de custos e o mais importante reduzir as ameaças ambientais não somente para as gerações futuras mas para as gerações do momento presente que também sofrem com os danos causados.

O desenvolvimento da gestão ambiental traz vários benefícios para as organizações, tais como: melhoria de desempenho operacional; melhoria do potencial inovador; identificação de novas oportunidades de mercado; redução dos custos operacionais; estabelecimento de novas parcerias; gestão de recursos humanos; geração de mídia espontânea; elevação da reputação corporativa; redução do risco de gestão; fontes de crédito e financiamento; antecipação e influencia da regulamentação ambiental (Jabbour; Jabbour, 2013).

CONCLUSÃO

Como visto no trabalho, a sustentabilidade é vista, muitas vezes, como um aumento de despesas e custos à empresa, mas ela vai muito além. É a grande resposta para os problemas da sociedade e principalmente das empresas. Sustentabilidade é a forma de garantirmos que as gerações futuras possam desfrutar desse mundo de recursos, que com nossas ações está aos poucos desaparecendo.

A iniciativa das empresas de mudar deve vir com a gestão ambiental, onde serão analisadas formas de reverter ou de preservar o que já existe. A gestão ambiental traz vários benefícios às empresas, dentre elas está à melhoria no potencial inovador e empresarial da empresa.

Cuidar do meio ambiente é a resposta e para isso é preciso conscientização por parte das empresas de que é realmente importante a realização de ações para mudarmos essa realidade e principalmente para que não se comprometa as vidas futuras.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marly Monteiro de; JR, Roque Rabechini. **Fundamentos em gestão de Projetos**. 3. ed. São Paulo. Atlas, 2011.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JABBOUR, Ana Lopes De Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. **Gestão Ambiental Nas Organizações**. São Paulo, 2013.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade Ambiental: ISO 14000**. 5. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

PROPOSTA DE VALORAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS COMETIDOS CONTRA A FLORA

Melissa Bergmann¹
Lenice de Carli²
Alexandre Hüller³

INTRODUÇÃO

A valoração dos bens ambientais é utilizada para definir os benefícios que um ecossistema pode proporcionar, sejam eles de uso ou de existência, e para casos onde é necessária a valoração de danos ambientais (Bishop, 1999). Além disso, pode ser empregada para instrumentalizar os processos Civil e Criminal como parâmetros para a cobrança dos valores pecuniários inerentes à reparação do dano.

Entretanto, os métodos de valoração ambiental divergem muito entre pesquisadores, peritos criminais e técnicos da área. O método mais conhecido é o do Valor Ecológico Total (VET) ou do VERA (Valor Econômico do Recurso Ambiental), que é a somatória dos valores de uso direto (VUD), valores de uso indireto (VUI), valores de opção (VO), valores de existência (VE) (Water Science and Technology, 2004) e o cálculo do custo de reposição do recurso degradado (Correa et al, 2013).

Porém, devido à subjetividade em se atribuir valores de uso indireto, muitos peritos ambientais usam apenas uma parcela dessas fórmulas. Assim, calculam o VUD pelos preços de mercado e tabelas oficiais, ficando de fora as parcelas dos danos que afetam os demais valores (Mendonça, 2012).

Nas agências florestais do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do RS (DEFAP/SEMA), percebem-se dificuldades de utilização de métodos de valoração ambiental com vistas à confecção de laudos solicitados pelos Ministérios Públicos e Poder Judiciário para instrução de seus respectivos processos Civil e Criminal.

O objetivo deste trabalho foi elaborar um método simples e direto de valoração de danos cometidos contra a flora no RS, utilizando dados dendrométricos e econômicos das florestas nativas do Estado.

1 METODOLOGIA

A metodologia foi norteadada pelo estudo de Vieira (2013), que adaptou o Método do Custo de Reposição (MCR) agregando fatores de correção que

¹ Bióloga Ms. Técnicos Ambientais do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul – Agência Florestal de Santa Rosa - RS. agrosa-defap@sema.rs.gov.br;

² Acadêmica de Engenharia Florestal da UFSM – Universidade Federal de Santa Maria e estagiária do DEFAP/SEMA de Santa Rosa.

³ Biólogo Ms. Técnicos Ambientais do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul – Agência Florestal de Santa Rosa - RS. agrosa-defap@sema.rs.gov.br.

englobam características das áreas afetadas. A confecção do método/fórmula aqui proposto (a) teve como base o Decreto Federal nº 6514/2008, tendo como ponto de partida a extração dos principais danos ambientais ocorridos na região noroeste do RS e os respectivos valores de multas administrativas aplicadas em cada tipo de dano. Do Inventário Florestal Contínuo do RS (SEMA/UFSM, 2001) também se extraíram os dados do Volume Comercial por hectare de mata nativa no RS.

Os preços de mercado dos recursos florestais em pé (na floresta) e o custo de recuperação de uma área degradada foram obtidos através de pesquisas junto a empresas do setor em diferentes regiões do RS. O Custo de Reposição (CR) foi calculado para uma área hipotética de 1 (um) hectare, onde se estimou o custo para implantação de PRAD – Projeto de Recuperação de Área Degradada e acompanhamento técnico pelo período de 4 (quatro) anos.

Considerou-se também o Estágio Sucessional da floresta (ES), que foi classificado de acordo com a Resolução CONAMA 033/2004 em: Floresta secundária em estágios Inicial, Médio e Avançado de regeneração natural e Floresta Primária. A determinação das Unidades de Referência (UR) foi baseada na proteção legal da área, considerando-se sua localização em Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), Unidade de Conservação (UC) ou fora destas (ND).

2 ANÁLISE

O valor médio de 1m³ de madeira nativa em pé custa R\$ 150,00 e R\$ 1.500,00 quando beneficiada. Já 1 (um) hectare de floresta nativa no RS possui em média 163,77 m³. Por sua vez, o custo de reposição de 1 (um) hectare é de aproximadamente R\$ 8.000,00.

Em função do grau de importância das florestas nativas de acordo com seu estágio sucessional, sugerimos os índices de 0,5 para formação florestal em estágio Inicial de Regeneração Natural; 1,1 para estágio Médio; 1,3 para estágio Avançado e 1,5 para floresta Primária. Para a Unidade de Referência propomos os seguintes índices: RL ou UC: 2; APP 3; ND 1.

Como resultado deste trabalho, propomos uma fórmula para o cálculo da valoração de danos ambientais cometidos contra a flora no estado do RS, que pode ser expressa da seguinte forma: **VDA=VI(ha).UR.ES+CR**, onde: VDA: Valoração de Dano Ambiental; VI: Valor de Dano Inicial; UR: Unidade de Referência; ES: Estágio Sucessional; CR: Custo de Reposição.

A Ilustração 1 apresenta os principais danos ambientais cometidos contra a flora no RS, com a respectiva valoração pecuniária de acordo com a metodologia de cálculo proposto neste trabalho:

Dano cometido	Valoração de Dano Ambiental (R\$)
1- Destruir ou danificar florestas ou demais formas de vegetação natural em APP.	24.565,00/ha + 3UR
2 – Destruir ou danificar florestas ou demais formas de vegetação natural fora de APP e RL, <u>sem autorização prévia</u> , ou sem observar os requisitos técnicos estabelecidos em PMFS ou em desacordo com a autorização.	24.565,00/ha + 1UR

3 – Destruir ou danificar floresta demais formas de vegetação natural ou de espécies nativas plantadas, <u>em área de RL ou servidão florestal</u> , de domínio público ou privado.	24.565,00/ha + 2 UR
4 – Destruir ou danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa, objeto de especial preservação, <u>não passíveis de autorização</u> para exploração ou supressão.	24.565,00/ha + 2 UR
5 – Impedir ou dificultar a <u>regeneração natural</u> de florestas ou demais formas de vegetação nativa em Ucs ou outras áreas especialmente protegidas, quando couber, APP ou RL, banhados, áreas úmidas ou demais locais.	24.565,00/ha + 3 ou 2 UR
6 – Cortar <u>árvores</u> em <u>APP</u> ou espécie <u>especialmente protegida</u> .	R\$ 150,00/un + 2 UR
7 – Cortar <u>árvores</u> fora de APP ou RL ou deixar de cumprir a reposição florestal obrigatória.	R\$ 150,00/un + 1UR
8 – Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia.	R\$ 150,00/un + 1 UR
9 – Transformar madeira nativa em carvão, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não.	R\$ 150,00/un + 1UR
10 – Receber ou adquirir, (vender, expor à venda, ter em depósito, transportar ou guardar) para fins comerciais ou industriais, madeira serrada ou em tora, lenha, carvão ou outros produtos de origem vegetal.	R\$ 150,00/un bruta ou R\$ 1.500,00/un beneficiada + 1 UR
11 – Comercializar, portar ou utilizar motosserra em florestas ou demais formas de vegetação natural.	R\$ 150,00/un + 1UR
12 – Danos cometidos acima, com o <u>Uso do fogo</u> :	*(1 a12) + 50% + 1UR
13 – Fazer <u>uso de fogo</u> em áreas agropastoris.	R\$ 1.000,00 + 1 UR

Ilustração 1: Quadro da Relação de danos ambientais cometidos contra a flora no RS com a respectiva valoração pecuniária.

Em situações específicas, como no caso do uso do fogo em áreas agropastoris, que não possui referência no inventário florestal contínuo, estipulou-se um valor apenas em referência ao Decreto Federal nº 6.514/08.

CONCLUSÃO

O método apresentado como proposta neste trabalho é aplicável nas demandas do DEFAP/SEMA, podendo ser aproveitado também por outros órgãos ambientais. Devido à complexidade do tema, porém, recomendamos um estudo mais aprofundado de forma a aperfeiçoar esta fórmula e seus coeficientes.

REFERÊNCIAS

BISHOP, J. T. (1999). **Valuing forest**: a review of methods and applications in Developing Countries. Disponível em: <www.elaw.org/system/files/Valuing_Forests.Developing.Countries.pdf> Acesso em: 14 out. 2014.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 6.514**, de 22 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

BRASIL. **Resolução CONAMA Nº 033**, de 07 de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=174>>. Acesso em: 10 out. 2014.

CORREA, R.S.; SOUZA, A.N.. Valoração de danos indiretos em perícias ambientais. **Revista Brasileira de Criminalística**, v. 2 (1), 7-15, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Inventário Florestal Contínuo do RS**. 2001. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/ifcrs/frame.htm>>. Acesso em: 10 out. 2014.

MAGLIANO, M. M. De quanto é o rombo ambiental no Brasil? In: **Perícia Federal**, Ano XIII, n. 29, 2012.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES PARA A SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA

Eduardo Murilo Donadel¹
Leandro Dorneles dos Santos²
Alecsander Bertolla³
Edio Polacinski⁴

INTRODUÇÃO

A educação, concebida como prática social, envolve várias dimensões e instâncias de realidades múltiplas e contraditórias, nas quais a universidade se insere como lugar onde o profissional é preparado para exercer a docência. Com a modernidade, a globalização e o esfacelamento das relações interpessoais, denota-se que a importância do professor é cada vez mais acentuada e mais discutida, não apenas no meio acadêmico, mas também por muitos segmentos da sociedade brasileira, que discutem a importância de um perfil do docente que consiga permanecer frente um público cada vez mais exigente e diversificado. Por isso, analisar a questão da formação continuada de docentes para a sustentabilidade acadêmica é importante quando se quer refletir sobre o papel exercido pela universidade na formação do cidadão, bem como a contribuição do professor universitário na formação acadêmica desse indivíduo de maneira contínua.

1 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como teórico, de natureza qualitativa, com fins descritivos, uma vez que busca-se, através da teoria, qualificar e descrever o papel do docente na universidade e a importância de sua formação continuada para a sustentabilidade da academia. Ainda, apresenta como metodologia a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil, “[...] é elaborada com base em material já publicado” de textos de autores que discutem a docência, seu conceito, o perfil do docente universitário e a importância da formação continuada do docente que atua no ensino superior (GIL, 2010, p. 29). Ainda, esta pesquisa classifica-se como exploratória, onde Gil afirma que esta “[...] têm como objetivo a descrição das características de determinada população.” (GIL, 2010, p. 29).

¹Mestrando em Gestão Estratégica de Organizações – URI – Santo Ângelo, RS. E-mail: eduardodonadel@tjrs.jus.br

²Mestre em Gestão Estratégica de Organizações – URI – Santo Ângelo, RS. E-mail: leandro1902@gmail.com

³Mestrando em Gestão Estratégica de Organizações – URI – Santo Ângelo, RS. E-mail: alecsander.bertolla@gmail.com

⁴Doutor em Engenharia de Produção – UFSC – Florianópolis, SC. E-mail: edio.pk@gmail.com

2 ANÁLISE

No sentido etimológico, a palavra docência tem origens no latim *docere*, que significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender e, ao comparar-se com o atual contexto educacional, pode-se analisar que o conceito de docência não pode mais ser compreendido como sendo apenas um ato de ministrar aulas, visto que o seu conceito vai muito além disso, e sim, exercer uma atividade bem mais complexa do que somente dar aulas (SILVA; REIS, 2011).

Dar aula, por conseguinte, denota “dar” algo para alguém, sem que haja reciprocidade neste ato. Assim, ao observa-se o conceito de docência, esta não deve e não pode ser compreendida como sendo apenas um ato de ministrar aulas.

Num viés político, denota-se que o pensamento de Freire alude que a educação e o sistema de ensino não modifica a sociedade no que observa à educação nas escolas, mas sim a sociedade é que pode mudar o sistema instrucional. Nesse âmbito, destaca-se que o pano de fundo da arena da mudança social estava excessivamente consagrado às transformações internas dos seres humanos ou, em outras palavras, através das transformações da consciência individual (SCOCUGLIA, 1999).

No entanto, ainda que o avanço das tecnologias tenha facilitado demasiado o acesso e uso das ferramentas, e os professores tenham buscado mais do que nunca especializar-se cada um na sua área de atuação, o que se tem percebido é que o sujeito da educação, o aluno, ainda não é o centro da educação. Por isso, o docente necessita rever seu fazer pedagógico, haja vista que ser professor é estar na “[...] busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como ser inacabado, que está em constante busca [...]” (FREIRE, 1979, p. 27), mudando, concomitantemente, a si mesmo e a seus alunos com as quais se relaciona no meio escolar.

Esta questão denota o quanto é importante à universidade tomar iniciativas que visem à formação pedagógica de seus docentes, para que conseqüentemente traga uma melhoria de qualidade para seus cursos de graduação. Esse fato é reforçado por Zabala que comenta:

[...] as universidades devem propor a formação sob uma perspectiva que integre as duas dimensões: programas e atividades de formação que sejam interessantes por si mesmas e que, ao mesmo tempo, tenham repercussões benéficas para os professores em relação ao reconhecimento institucional. (ZABALA, 2004, p. 151).

A formação continuada de docentes do ensino superior é algo inevitavelmente necessário na contemporaneidade, em que a necessidade de aprimoramento na formação pedagógica do docente ampliaram os interesses, que se tornaram muito mais coletivos do que somente individuais (BARROS, 2007).

Em se tratando da carreira de magistério, urge que o docente do ensino superior tenha perspectiva de maturação, de experiência, de aquisição de novos conhecimentos, para que se utilize destes em suas práticas de ensino, viabilizando um melhor trabalho acadêmico e contribuindo na formação de outros futuros

profissionais (RIBEIRO; BARAÚNA, 2009). A formação continuada, ainda que recente no campo das universidades, faz menção ao docente que deve buscar novas didáticas, reconsiderar conceitos ultrapassados quanto à sua prática, bem como uma necessidade diante da sociedade altamente informatizada.

Por conseguinte, os diversos conceitos de sustentabilidade, iniciados a partir do relatório Brundtland, que define sustentabilidade como sendo "[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades." (SOBRINHO, 2008, p. 12), muito tem a ver com desenvolvimento no plano de produção, onde, relacionando-se a academia, denota que manter-se sustentável nas questões que envolvem educação, é manter-se atrativo, para o efeito de educar e transformar pessoas, que por consequência irão transformar o mundo, através de suas ações.

CONCLUSÃO

Em seu âmago, a formação continuada do docente universitário condiz com a revisão de conhecimentos, propostas de ensino e práticas de cunho didático e pedagógico. Na formação continuada, as participações em cursos de aperfeiçoamento, especializações, congressos e simpósios são salutares para o aprimoramento de suas práticas pedagógicas.

Ainda, a sociedade educacional mostra-se a cada dia mais aperfeiçoada. Ao lado das inovações tecnológicas, tem-se a emergência de um estudante cada vez mais crítico e exigente com relação às competências do docente. À universidade, cabe fazer com que seus docentes busquem se qualificar sempre mais, para acompanhar o processo evolutivo das instituições universitárias. Para tal, ela, a universidade, deve lançar mão de apoio e instrumentos para viabilizar isto.

Em linhas gerais, o docente universitário deve rever o seu fazer pedagógico, pois ser professor é estar na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como ser inacabado, que está em constante busca, como mencionou Paulo Freire em suas lições para os educadores.

REFERÊNCIAS

BARROS, Daniela Elaré Vieira. Formação continuada para docentes do ensino superior: o virtual como espaço educativo. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, vol. 7, n. 20, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/artpdfred.jsp?icve=189116807010.1518-3483>>. Acesso em: 23 out. 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RIBEIRO, Elisabete; BARAÚNA, Silvana Malusá. **Desenvolvimento profissional e docência universitária: saberes e práticas educativas nas áreas de ciências humanas**. 2009. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/3941/2935>>.
Acesso em: 23 out 2011.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. A progressão do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas. Paraí:** Ed. Universitária – UFPB, 1999. Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/ibros/torres/scocuglia.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2011.

SILVA, Lívia Ramos de Souza; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Docente do ensino superior e a importância da formação pedagógica. **Anais do I Seminário sobre Docência Universitária.** Universidade Estadual de Goiás – UnU INHUMAS, 12 de março de 2011.



RESUMOS EXPANDIDOS

GRUPO II

**MEDIADORES: PROF.^a ESP. GERSON MIGUEL LAUERMANN – ADM/CC
PROF. Ms. MARILEI DE FÁTIMA KOVATLI – GTI
PROF. Dr.^a SINARA CAMERA - DIR**

MARKETING SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO

Francieli Adriani Welter¹

Nedisson Luís Gessi²

Edio Polacinski³

Atualmente tem-se ouvido falar muito em questões sustentáveis, onde é explícita a preocupação da sociedade e das empresas quanto a questões ambientais. Sustentabilidade em âmbito empresarial pode ser considerada um fator de competitividade atual e futura de negócio, sendo que, cada vez mais a sustentabilidade está englobada nas estratégias de desenvolvimento das empresas e vem sendo difundida para a sociedade como uma ação para incentivar um novo tipo de consumo, um produto altamente sustentável. Ao tratar de questões sustentáveis, é de suma importância lembrar a influência da tecnologia neste contexto. As boas práticas para o uso de recursos que venham a beneficiar o meio ambiente estão sendo usadas a cada dia mais pelas empresas. O presente trabalho procura apresentar de forma clara e objetiva o que é marketing sustentável, sua relação com a sociedade e clientes, seu impacto nas empresas e a contribuição da tecnologia para alavancar ainda mais as ações de sustentabilidade.

1 METODOLOGIA

A metodologia aqui descrita é baseada na modalidade teórica, pois tem como objetivo ampliar conhecimentos, relacionar situações proporcionando uma visão mais ampla sobre o tema abordado. Para levantamento de todos os dados foi elaborada uma pesquisa bibliográfica, onde se buscou conhecer mais sobre sustentabilidade e sua importância para as empresas.

2 O QUE É SUSTENTABILIDADE

Considera-se sustentabilidade práticas adotadas pelo ser humano em prol do meio ambiente, para Afonso, a sustentabilidade é algo que não pode ser obtido instantaneamente, é um processo de mudança, de transformação estrutural que necessariamente deve ter a participação de todos os setores da sociedade (AFONSO, 2006, p.8). A sustentabilidade para o autor, implica na manutenção quantitativa e qualificativa do estoque de recursos ambientais, utilizando tais recursos sem danificar suas fontes ou limitar a capacidade de suprimento futuro, para que, tanto as necessidades atuais como aquelas do futuro possam ser igualmente satisfeitas.

¹ Graduada em Gestão em Tecnologia da Informação – Faculdades Integradas Machado de Assis. francieliadriani@gmail.com.

² Mestre em Ensino Científico e Tecnológico. Professor e Coordenador do Curso de Gestão de TI. Faculdades Integradas Machado de Assis. nedisson@fema.com.br

³ Doutor em Engenharia de Produção – Professor da FEMA e URI. edio.pk@gmail.com

A sustentabilidade está ligada com o uso de recursos naturais para o desenvolvimento empresarial, ou até mesmo, a adoção de atividade e costumes que não venham a agredir o meio ambiente. Segundo Savitz, empresa sustentável é aquela que gera lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com quem mantém interações (SAVITZ, 2007, p. 28-29). Os benefícios de uma empresa sustentável devem ser vistos e aproveitados pela empresa e em especial pelos clientes. A empresa Sustentável conduz seus negócios, de modo a gerar naturalmente um fluxo de benefícios para todos os seus Stakeholders, inclusive para empregados, para clientes, para parceiros de negócios, para as comunidade sem que opera e, obviamente, para os acionistas. As empresas sustentáveis encontram áreas de interesse mútuo e desenvolvem maneiras de equiparar as expressões "fazer o bem" e "fazer bem-feito", evitando, assim, o conflito implícito entre comunidades e acionistas.

Portanto o termo sustentabilidade, em uma empresa, engloba questões ecológicas que visam a preservação do meio ambiente. São atitudes diárias realizadas nas empresas que geram impactos no comércio, dentro da carteira de clientes e também nos resultados de negócios futuros.

Sustentabilidade quando aplicada em âmbito empresarial também pode ser chamada de Marketing Sustentável, pois no momento que a empresa passa a cuidar de questões ambientais, poderá aplicar estas medidas como forma de marketing, o qual pode vir a criar relacionamentos duradouros e lucrativos com os clientes e com a sociedade em geral.

Segundo Savitz, o Marketing Sustentável deve atuar na produção e fabricação de elaboração do produto, ou empresa (SAVITZ, 2007, p. 74-76). Também cabem neste processo à pesquisa e desenvolvimento, a empresa deve analisar questões ambientais do início do planejamento de um produto. A análise do ciclo de vida do produto/empresa ao longo de sua história é de suma importância, pois prevê além dos impactos ambientais, os impactos sociais e econômicos.

De acordo com Carmo, o Marketing Sustentável é um modelo de gestão que se encaixa bem na sociedade brasileira (CARMO, 2013, p.8). A diversidade do eco sistema, o multiculturalismo e a variação econômica, faz com que a sustentabilidade ganhe espaço dentro das empresas. Sendo assim, o consumidor brasileiro tem se adaptado bem as empresas sustentáveis, e a cada dia cobra mais esse tipo de ação em categorias de negócio distintas.

Percebe-se que não apenas as empresas, mas também a sociedade vem se preocupando com o meio ambiente. A população passou a valorizar mais os produtos provenientes de recursos naturais o de meios recicláveis os quais não agridem o meio ambiente. Investir em algo sustentável é fator de grande relevância para as empresas visto que este é o marketing do futuro, o qual já esta sendo cada vez mais integrado no planejamento estratégico das empresas que possuem uma visão ampla do mercado e conseguem estipular metas, em longo prazo.

Estima-se que os recursos que são direcionados à sustentabilidade representam cerca de 2,4% do total de faturamento das empresas. Segundo o Diário do Grande ABC, o governo federal está incentivando a contratação de empresas fornecedoras de bens e serviços que adotem práticas sustentáveis em sua produção

(DIARIO DO GRANDE ABC, 2014). Apesar de serem mais caros, os produtos sustentáveis representam economia a longo prazo, porque reduzem os gastos do Estado com políticas de reparação de impactos ambientais, diminuem o consumo de energia e de materiais e incentivam o desenvolvimento econômico baseado em práticas socioambientais corretas.

Dentre tantos conceitos direcionados a sustentabilidade, podemos ainda abranger neste contexto a tecnologia como fonte inovadora de atividades e ações sustentáveis. O acelerado desenvolvimento e evolução do meio empresarial, traz consigo novas tendências para as empresas, que nada mais é do que a uso da tecnologia de forma sustentável. Muitos são os produtos encontrados no mercado os quais são provenientes de projetos de produção elaborada de modo sustentável.

O uso da tecnologia de modo sustentável, segundo o site Atitudes Sustentáveis, compreende as inovações tecnológicas desenvolvidas de forma sustentável e com a preocupação de não causar danos ao meio ambiente. Mais do que isso, em alguns casos a criação tem como única finalidade a promoção de atitudes ambientalmente corretas. A tendência é que cada vez mais a indústria da tecnologia seja conduzida a um caminho de desperdício mínimo e com maior eficiência energética. Para isso, os gastos com pesquisa na área também são crescentes e apontam uma vantagem competitiva para empresas com política de responsabilidade ambiental.

Portanto, ao fazer uso da tecnologia é importante termos claro os benefícios que a mesma gera ao meio ambiente, ocupar os recursos tecnológicos como forma de preservação é uma atitude inovadora que poderá fazer a diferença futuramente.

CONCLUSÃO

Contudo percebemos que a sustentabilidade, nos dias atuais, está conglomerada no planejamento estratégico das empresas, pensar em sustentabilidade é essencial para garantir um espaço no meio empresarial e gerar vantagens competitivas. Como vimos cada vez mais os clientes procuram produtos provenientes de fontes naturais e estão dispostos a pagar por eles, desta forma caberá as empresas saberem utilizar, cada qual em seu nicho de mercado, as melhores fontes de sustentabilidade, começando desde as tarefas mais simples. Melhor utilizar os recursos que os meios tecnológicos nos proporcionam é um grande começo para uma empresa que procura adotar tais métodos, considerando que o sucesso e desenvolvimento das empresas, no atual contexto, partem de ações sustentáveis realizadas hoje.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Cintia Maria. **Sustentabilidade, Caminho ou utopia**. São Paulo: Annablume, 2006.

SAVITZ, Andrew W. **A empresa Sustentável: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CARMO, Karina Barbosa do. **O Marketing Sustentável para além da Imagem da Empresa**. Brasília, 2013.

DIARIO DO GRANDE ABC. **Governo incentiva compra de empresas sustentáveis**. Disponível em:

<<http://www.dgabc.com.br/News/5806316/governoincentiva-compra-de-empresas-sustentaveis.aspx>>. Acesso em 30 de set, 2014.

ATITUDES SUSTENTÁVEIS. **Quando tecnologia e meio ambiente são aliados**. Disponível em: <<http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/quando-tecnologia-meio-ambiente-aliados/>>. Acesso em 30 de set, 2014.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE TI NA OBTENÇÃO DE RESULTADOS SUSTENTÁVEIS

André Luis Kersten¹
Ariel Radunz²
Marilei de Fátima Kovatli³

INTRODUÇÃO

A Tecnologia da Informação em si tem um conceito mais abrangente do que simplesmente hardware e software, pois também envolve aspectos humanos, de organização e gestão, o que implica ter ética e conhecimento amplo para tomada de decisões, muitas vezes estratégicas, envolvendo responsabilidades que devem consistir nas metodologias adotadas, inclusive, de sustentabilidade.

Sendo assim há quem acredite que um projeto sustentável em TI, surge sempre que alguma decisão ou ação tem o potencial de melhorar o bem-estar de um indivíduo ou de um grupo, impactando positivamente nos contextos sociais, econômicos e ambientais.

1 METODOLOGIA

Este trabalho está organizado como uma pesquisa do tipo teórica de natureza quantitativa. O objetivo é a partir de levantamento bibliográfico tanto científico quanto de mercado profissional, abordar sobre a TI Verde, seus conceitos, abordagens, exemplos de aplicabilidade. A pesquisa está estruturada de forma a descrever sobre o conceito de Tecnologia da Informação; sobre desenvolvimento sustentável; sobre TI Verde, suas abordagens para implantação, e recursos tecnológicos; e por último, apresenta as conclusões obtidas através do estudo.

2 ANÁLISE

De acordo com Nascimento, um dos pontos mais focados pelas empresas e sociedade é o aumento no consumo de energia elétrica; quanto mais recursos de computação são necessários mais energia é utilizada, e a consequência deste uso é uma maior produção de energia (NASCIMENTO, 2013). Mas é importante refletir que os meios de produção de energia elétrica mais utilizada, são aqueles que mais agredem o meio ambiente.

¹ Acadêmico do Curso de Gestão em Tecnologia da Informação – 4º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. andrekersten@live.com

² Acadêmico do Curso de Gestão em Tecnologia da Informação – 4º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. radunz@live.com

³ Mestre em Ciências da Computação. Orientadora. Professora do Curso de Gestão em Tecnologia da Informação – 4º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. marilei_gti@fema.com.br

Neste contexto, outro ponto importante a ser destacado é que não basta somente usar os recursos de TI é necessário fazer um gerenciamento do uso desses recursos, focando em como é o processo de produção destes recursos:

Em sua maioria, a produção de recursos de TI não é nada saudável para o ser humano e o meio ambiente, pois os recursos (insumos) para fabricação causam muito agressão ao meio assim como os componentes dos produtos em si. Logo os recursos de TI além de trazerem benefícios acarretam algumas desvantagens. (NASCIMENTO, 2013, p.1).

A TI possibilita recursos para as empresas na estratégia do gerenciamento de seus negócios, além de gerenciar seus processos administrativos, cria condições para que a empresa conheça melhor o seu cliente e possa desenvolver metas para aumentar o seu potencial de atendimentos e de serviços prestados. No Brasil, ainda é lento o processo de adesão das organizações públicas em utilizar a TI nos gerenciamento de seus processos:

Um ambiente importante para o processo de conscientização são as Universidades que através dos centros de pesquisas descobrir recursos tecnológicos menos agressivos ao meio ambiente. A Universidade como centro de disseminação de informação, conhecimento e pesquisa, tem o dever servir de modelo para a sociedade, adotando rotinas administrativas consideradas “verdes” (MURUGESAN, 2008, p.32).

Tendo em vista a realidade das desvantagens dos recursos de TI é que surge a TI Verde. TI Verde, também conhecido como *Green IT*, tem por objetivo erradicar ou diminuir os danos causados pelos recursos de TI ao meio ambiente mantendo as suas vantagens. Tendo sua aplicabilidade tanto no nível de produção destes recursos, quais recursos tem uma melhor adaptação ao contexto que está sendo informatizado e como melhor gerenciar estes recursos.

CONCLUSÃO

No presente artigo buscou-se mostrar a aplicação de soluções sustentáveis para a TI no contexto estratégico através de embasamentos teóricos, levando em consideração seus ideais sobre como os princípios da responsabilidade e da sustentabilidade podem ser implementados na TI das corporações, fazendo com que o bom uso de soluções tecnológicas impacte em uma imagem melhor da empresa perante o meio corporativo, bem como impulsionando a geração de lucros da empresa, mantendo um crescimento controlado, equilibrado e constante.

Analisando os modelos de como os profissionais de TI aplicam sua filosofia, adotada nas decisões e escolhas que precisam fazer diariamente no trabalho, esses modelos se concentram nos processos de tomada de decisão das pessoas e enfatiza como os vários fatores ou as nossas percepções afetam ao crescimento e a imagem de empresas.

REFERÊNCIAS

LAURINDO, José Barbin. **O papel da Tecnologia da Informação na Estratégia das Organizações**. São Paulo:Escola Politécnica da USP, 2001.

MURUGESAN, S. Harnessing . **Green IT: Principles and practices**. IT Professional , v. 10, n. 1, 2008.

NASCIMENTO, Rafael Jullian de Oliveira. **TI Sustentável: conceito, soluções e consequências**.Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/ti-sustentavel-conceito-solucoes-e-consequencias/29394>>. Acesso em: 15 out. 2014.

PLANTIO DIRETO NA PALHA: PRODUÇÃO COM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

Milton Racho¹
Julio Cezar Thomé Ziegler²
Letícia Lassen Petersen³

INTRODUÇÃO

A região sul do Brasil foi colonizada por imigrantes europeus, em razão do objetivo nacional de promoção do capitalismo no território nacional. Estes imigrantes trouxeram o seu conhecimento tecnológico da organização da produção da Europa para o Brasil. Encontraram um país com solo e clima totalmente diferente do europeu, e aplicaram aqui o seu conhecimento, especialmente no setor de produção de alimentos.

A produção de alimentos é o grande desafio da humanidade, em razão da área territorial (terra) ser finita, enquanto a busca de extração de riquezas e da própria produção intensiva de alimentos parece ser infinita. Nesse aspecto, só resta a alternativa de aumentar a produtividade por unidade de área, dentro de um sistema complexo que, entre outros fatores importantes, deve integrar a incorporação de tecnologias para crescimento: o melhoramento genético de grãos e de animais, a preservação das propriedades do solo, a melhoria da capacidade de cultivo e a produção dos solos.

Dessa maneira, este estudo justifica-se por se tratar de análise acerca de experiências que buscam viabilizar estratégias de preservação do solo, para sustentar essa necessidade de aumento das produtividades e minimizar o desgaste causado por monoculturas. Assim, o intuito é focalizar o desenvolvimento, por produtores brasileiros e profissionais da agronomia, da técnica de cultivo denominada “Plantio Direto na Palha”, considerada pelos profissionais do ramo agrícola e pelos ecologistas como uma importante prática de sustentabilidade a ser usada em um sistema de produção de alimentos.

1 METODOLOGIA

A pesquisa tem caráter teórico, natureza qualitativa e fins explicativos. A geração de dados é proveniente de uma pesquisa documental e bibliográfica. O método de abordagem utilizado na análise e na interpretação das informações da pesquisa é o dedutivo, com procedimentos secundários histórico e comparativo. A análise da temática acontece no primeiro semestre de 2014.

¹ Acadêmico do Curso de Direito - 5º Semestre. Fundação Educacional Machado de Assis - FEMa. milton@coopermil.com.br

² Acadêmico do Curso de Direito - 5º Semestre. Fundação Educacional Machado de Assis - FEMa. ziegler2005@hotmail.com

³ Orientadora. Doutora em Desenvolvimento Regional – UNISC. Professora do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. letipetersen@yahoo.com.br

A contribuição esperada é a de que a publicização de questões multidisciplinares no meio jurídico, envolvendo setores de produção associada à questão ambiental, são essenciais para a manutenção da dialogicidade dos sistemas e da compreensão do todo pela análise da particularidade.

2 ANÁLISE

Segundo o Engenheiro Agrônomo Fernando Engler, a agricultura brasileira é a mais desenvolvida do planeta graças ao plantio direto. Para ele esta revolução do conhecimento, pacífica e silenciosa, possibilitou o cultivo dos solos tropicais de maneira sustentável e vai transformar o Brasil na maior potência mundial do agronegócio, sempre respeitando a natureza (ENGLER, 1993, p.31).

Afirma ainda, que:

[...] isto não é novidade para a maioria dos produtores e técnicos envolvidos com o agronegócio, mas é algo desconhecido para a população brasileira em geral. Nós somos extremamente eficientes dentro da propriedade, mas estamos deixando a sociedade desinformada sobre a importância do agronegócio para a vida das pessoas. (ENGLER, 1993, p.31).

A Constituição Federal de 1988 traz algumas previsões que tratam sobre a preservação do meio ambiente, como no artigo 23, inciso VI: “[...] proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.” (BRASIL, 1988, p.30). Em conjunto com os artigos 170, inciso VI:

[...] defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” e o artigo 186, que fala da importância do cumprimento da função social pela propriedade rural, onde deverá seguir critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, como o “aproveitamento racional e adequado; a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988,106-112).

A prática impensada de derrubada das florestas naturais, de queimadas para “limpar” a roça e o intenso revolvimento do solo, conhecimento técnico trazido pelos imigrantes europeus, levou a uma paulatina exaustão da fertilidade do solo. Com as altas temperaturas e umidade aliada as altas precipitações sobre o solo desnudo, a matéria orgânica natural do solo foi sendo oxidada e o impacto da gota da chuva com o solo passou a provocar a desagregação das partículas de solo, causando seu selamento e, com isso, o escoamento superficial da água causando erosão assoreando os riachos e áreas baixas das propriedades.

Na década de 60, na macro região noroeste do Rio Grande do Sul, as terras estavam erodidas com fertilidade baixa e apresentando alta acidez do solo, impedindo o desenvolvimento normal das plantas. Nos anos de 1970, teve início no município de Santa Rosa-RS, o programa de recuperação dos solos, denominada de “Operação Tatu”, baseada na interpretação das análises de solo, com participação

ativa das academias de agronomia e a aplicação de fertilizante e calcário para a correção da acidez do solo. Mas com o revolvimento do solo pela aração e gradagem, os solos ficaram expostos às chuvas, com efeitos nefastos de erosão, arrastando consigo o solo, adubos e sementes. Passou a se investir em uma nova técnica que eram as curvas de níveis e mais tarde os terraços que mantem a água na lavoura até que ela infiltre no solo.

A técnica de Plantio Direto na Palha, desenvolvida a partir do início da década de 1980, representou uma revolução técnica altamente sustentável, que está alicerçada sob três premissas básicas fundamentais de cultivo, que engloba a cobertura permanente (palha), o mínimo revolvimento do solo e a rotação das espécies cultivadas. O Sistema Plantio Direto na Palha (SPD), sofisticou muito a agricultura nacional e internacional, sendo que atualmente 50% (cinquenta por cento) dos solos cultivados no Brasil são sob essa técnica.

A permanência de uma camada de palha (resto de cultura) do pós colheita, proporciona uma situação simulada de floresta, em que a cobertura vegetal morta da palha diminui o impacto da gota da chuva e mantem uma riqueza imensurável de micro organismo que produzem o húmus (produto da decomposição da palha). A palha também mantém a umidade e a alta fertilidade do solo, pela sua decomposição gradual.

Outro fator importante é que os vegetais, à medida que se desenvolvem, captam o gás carbônico da atmosfera, oriundo da poluição e o usam para a construção da cadeia de carbonos que formam a estrutura da planta e após a colheita essa palhada que fica na superfície mantém uma grande quantidade de carbono retida, sem voltar a contaminar a atmosfera. O benefício ecológico com o uso desta técnica é duplo: para o solo e para a atmosfera. Dessa forma essa palhada protege o solo, reduz a velocidade de escoamento superficial da água, evitando, sobretudo, a erosão e a subsequente deposição de resíduos em riachos, além de reter as estruturas de carbono que não chegarão à reagir com o ozônio da atmosfera.

CONCLUSÃO

O SPD propicia a proteção do solo com a palhada, melhorando a infiltração da água na superfície, reforçando as águas (vertentes) e proporciona o equilíbrio químico e biológico do solo, garante a sustentabilidade ambiental, evitando erosões e a sustentabilidade social. Sua utilização racionaliza a mão de obra e reduz o êxodo rural, por garantir maiores rendimentos das culturas e satisfação para as famílias, em optarem pela atividade rural, além de viabilizar a sustentabilidade econômica e tecnológica.

Na perspectiva da necessária produção de alimentos em escala global – para atender as demandas de mercado internacional e extirpar a possibilidade de fome no mundo -, a adoção de métodos sustentáveis como o SPD, configura-se como a ação prudente do agricultor, proporcionando a conservação de seu bem maior, que é o solo de onde se extrai os meios da preservação da vida, seu trabalho, que viabiliza produzir para si, para a humanidade e transferindo o seu legado dentro dos

princípios de sustentabilidade para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Dos direitos e garantias fundamentais, Senado, 1988.

ENGLER, Fernando. A missão do “Semeador”. **Revista Plantio Direto**, Passo Fundo, v.1, n.89, p. 31, Set./Out. 2005.

EMBRAPA. Plantio Direto; Solo; Manejo; Máquina Agrícola; Semeadora. **Revista Plantio Direto no Brasil**. Passo Fundo: Editora Aldeia Norte, 1993, p. 166.

O CAMINHO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM A CONSTRUÇÃO DA PONTE INTERNACIONAL LIGANDO BRASIL E ARGENTINA

Angela Helena Hegele¹
Angélica Gomes²
Gerson Edwino Hegele³
João Antonio Cervi⁴

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional sustentável da região Noroeste, mais precisamente da região fronteira entre o Brasil e a Argentina nas localizações de Porto Mauá, Porto Xavier e Alba Posse passa pelo prosseguimento das ações iniciadas em 1992 com os inícios das reivindicações no sentido dos órgãos governamentais darem mais atenção à região com ações concretas de incentivo ao desenvolvimento. Em 2007 teve o primeiro passo para um aumento das ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social de toda a região Noroeste com a instalação do alfandegamento aduaneiro pela Secretaria da Receita Federal no município de Porto Mauá.

Tem-se como objetivo do presente trabalho, uma pesquisa verificando a sustentabilidade econômica no contexto da região noroeste, mais precisamente na divisa do Brasil com a Argentina com vistas à construção de uma ponte internacional ligando os dois países. O trabalho justifica-se para fins de averiguar a influência e os seus reflexos positivos e negativos, as mudanças econômicas, sociais e ambientais ocasionadas por este empreendimento.

Historicamente é sabido que o progresso e o desenvolvimento trazem junto também seus aspectos negativos, como a pobreza, a violência e a degradação ambiental. Para fins de estimar os reflexos causados por uma importante obra, justifica-se saber de antemão os problemas que serão enfrentados na realização deste projeto e estar atentos a qualquer ocorrência de desequilíbrio, mas sem comprometer sua própria existência.

Para a viabilização deste projeto deve-se pontuar que a sustentabilidade, como ciência, deve ser organizada para a motivação e a produção de ideias que representam a melhor forma de promover a exploração da atividade econômica e o uso dos recursos disponíveis, sejam naturais ou não, de forma a agredir o menos possível o equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente.

¹Acadêmica do Curso Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. angelahelenah@hotmail.com

²Acadêmica do Curso Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. angelicagomes19@hotmail.com

³Acadêmico do Curso Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. gersonhegele@terra.com.br

⁴Mestre em Engenharia de Produção pela UFSM. Orientador. Prof. do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. joacocervi@fema.com.br

1 METODOLOGIA

Este trabalho de pesquisa aborda o tema e se caracteriza pelo tipo como sendo teórica, tem sua natureza qualitativa com fins descritivos e explicativos. O plano de geração de dados para o embasamento do presente trabalho é utilizado por meio do manuseio de documentação indireta com pesquisa bibliográfica e documental, além de documentação direta com observação direta intensiva.

O método de abordagem aplicado é o hipotético-dedutivo, e os métodos de procedimentos utilizados são o histórico e o comparativo, a fim de realizar a análise e a interpretação dos dados, justificando-os.

2 ANÁLISE

É necessário o estudo de formas a garantir a sustentabilidade de um projeto inovador em uma determinada região. De acordo com Ratti, “O principal deles vem a ser a impossibilidade de uma região ou país produzir vantajosamente todos os bens e serviços de que seus habitantes tenham necessidade.” (RATTI, 2008, p. 305).

A forma mais simples é dar as garantias de que mesmo explorada esta área continue a prover recursos de maneira equilibrada e bem estar econômico e social para as comunidades que ali vivem, e com força vital para equilibrar-se diante da presença e ação contínua do ser humano.

Segundo Vazquez, “A globalização internacional da economia faz com que os países intercambiem bens e serviços com mais rapidez, num fluxo que tende a ser cada vez mais ágil e interativo.” (VAZQUEZ, 2007, p. 01).

O desenvolvimento sustentável esperado é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Desta maneira a instalação deste empreendimento deve olhar três aspectos, quais sejam o de gerar lucros e retorno financeiro aos governos, sendo economicamente viável e eficiente, estar atento ao impacto causado pela atividade e seus reflexos, sejam direta ou indiretamente, especialmente sobre o meio ambiente e, por último, cuidar das relações com a principal interessada que é a população.

Define claramente Rodrigues que, “Hoje há uma clara percepção que o transporte [...] o desenvolvimento econômico de uma região, viabilizando os processos de trocas de mercadorias entre as regiões produtoras e as consumidoras.” (RODRIGUES, 2008, p.16).

Assim, entende-se que, com a ligação pretendida através da ponte internacional, busca-se melhor atender as complexas necessidades decorrentes das transações comerciais regionais e internacionais.

Conforme Vazquez, “E as empresas, como os governos, devem estar preparadas para essa nova era e para enfrentar os novos desafios que se apresentam no dia-a-dia de suas atividades.” (VAZQUEZ, 2007, p. 01).

A sustentabilidade requer aspectos positivos, devendo ser avaliado sob um questionamento sobre qual tipo de desenvolvimento que está sendo gerado, se é socialmente perverso, se é ecologicamente predatório, ou se é causador de extrema

pobreza e provoca a desigualdade social, se é politicamente injusto, com concentração de poder, e se há essencialmente o respeito aos direitos humanos.

De acordo com Vazquez, “E essa preparação nada mais é do que o condicionamento correto da empresa para pugnar e vencer na arena internacional.” (VASQUEZ, 2007, p. 01). Desta maneira, é essencial que Brasil e Argentina detenham o conhecimento das regras cambiais uns dos outros, as fontes, as condições de compras e vendas e financiamentos para as exportações e importações, e suas condições competitivas.

CONCLUSÃO

A sustentabilidade de um projeto de tamanha grandeza deve estar coordenada por políticas num sentido teoricamente racional, sejam elas econômicas, ambientais, sociais, mas essencialmente como meta comum. O avanço da tecnologia e a atividade econômica andam a passos largos, e eventualmente a idéia de que haverá uma repercussão negativa com a instalação deste novo empreendimento merecem estudos mais aprofundados. Por certo que a chegada deste novo empreendimento trará alguns contratempos, mas nada que se justifique a sua não efetivação.

Segundo Maia, “A troca, nos dias atuais, ultrapassou as fronteiras, tornando-se o comércio Internacional [...] isso porque as vendas são representadas pelas exportações e as compras, pelas importações.” (MAIA, 2013, p. 2).

É inegável o incremento econômico da região, visto o aumento do fluxo comercial de empresas e de pessoas que esta ligação entre estes dois países proporcionará. A viabilidade de um projeto dessa magnitude requer apoio de seus cidadãos e atenção especial dos governos, pois a região passa a exigir mudanças necessárias e imediatas de uma melhor infra-estrutura de rodovias, hotelaria, de saúde pública, fiscalização tributária, policiamento civil e ambiental, haja visto o grande impacto a ser causado com o aumento da atividade econômica e industrial da região.

Devido à posição geográfica que esta ligação terá, trará uma concentração logística benéfica para a região, pois irá transformar exponencialmente não só a atividade econômica, mas também a social e a cultural, devido a uma maior interação que será gerada entre estes vários países que fazem fronteira e agora terão um incremento no seu fluxo, devendo este ser facilitado e incentivado.

A questão é saber definir se quer um movimento no sentido de frear o desenvolvimento sustentável e a centralidade do social em direção ao ambiental, ou o desenvolvimento econômico sustentável com geração de riquezas e com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio**. 11. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2008.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrosio. **Introdução aos Sistemas de Transporte no Brasil e à logística Internacional**. 4. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2008.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio Exterior Brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS NO BRASIL

Caroline Petry¹
Sinara Camera²

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar os direitos dos animais e os limites impostos à sua exploração pelos seres humanos na experimentação científica, à luz das contribuições da bioética e do sistema jurídico brasileiro na atualidade.

Com os avanços na área científica vieram os desafios impostos de como progredir econômica e tecnicamente e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente ecológico, o que revela a importância das pesquisas científicas sobre os direitos dos animais, sendo uma temática bastante pertinente e de grande importância no mundo jurídico, bem como na comunidade, por se tratar de um assunto de interesse social e moral.

1 METODOLOGIA

Para a realização da investigação acerca dos direitos dos animais será realizada uma pesquisa de natureza teórica, com tratamento qualitativo de dados. A coleta de dados se dará por meio de documentação indireta, configurando uma pesquisa bibliográfica, a partir de livros jurídicos, artigos científicos e demais literaturas pertinentes à temática. Além do que serão utilizados textos normativos que comporão as fontes dos dados a serem analisados.

O método de abordagem utilizado será o hipotético-dedutivo, tendo em vista a elaboração de hipótese acerca da lacuna nos conhecimentos sobre os direitos dos animais e serão utilizados como métodos de procedimentos o histórico e o comparativo.

2 ANÁLISE

Os animais são seres sencientes, capazes de sentirem medo, ansiedade, dor, estresse, prazer, felicidade e de sofrerem, merecendo a proteção estatal. Entretanto, muitos deles ainda são explorados pelos seres humanos, através da utilização em pesquisas científicas, experimentações, rituais religiosos, caça como atrações em circos e em rodeios, entre outros.

As contribuições da bioética têm se demonstrado fundamentais ao tratamento das questões atinentes aos direitos dos animais, a partir da abordagem moral e ética em relação a esses seres. A busca pelo *status* moral dos animais encontra-se dividida na teoria do bem-estar animal e na defesa dos direitos dos animais. Para

¹ Acadêmica do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. carolinepetry92@hotmail.com

² Doutora pela UNISINOS. Orientadora. Prof.^a do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. sinara@fema.com.br

Feijó, dentro da concepção de bioética “[...] a ecosfera torna-se o centro do sistema filosófico superando, com seu valor intrínseco, o valor do próprio homem [...]” (FEIJÓ, 2005, p. 18).

Um dos principais teóricos do movimento de direitos dos animais é o filósofo Peter Singer, sobretudo em função de seu livro *Libertação Animal*, lançado em 1975, cujo principal objetivo é a defesa do princípio da igualdade de interesses. Singer sustenta que mesmo seres não humanos devem ser considerados moralmente, segundo sua capacidade de consciência de si e de temporalidade, para além de sua capacidade de sentir dor – *senciência* (SINGER, 2010).

A utilização de animais de laboratório em pesquisas científicas representa um dos dilemas mais conflitantes no debate bioético: de um lado estão os avanços científicos e o progresso econômico e técnico, de outro está à preocupação com a preservação ambiental e a proteção aos animais, passando-se a exigir reflexões éticas num contexto mais amplo acerca de temas que dizem respeito ao futuro da humanidade e do meio ambiente.

Um relevante marco na defesa dos direitos dos animais foi a proclamação pela UNESCO da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, a qual reconhece o valor da vida e o respeito aos animais, diversos países são signatários, inclusive o Brasil, embora não a tenha ratificado até o presente momento (UNESCO, 1978).

No âmbito jurídico tem sido promovida a reflexão sobre a superação do paradigma antropocêntrico na regulação das relações jurídico-ambientais, objetivando a tutela do ambiente independentemente da sua utilidade direta ou benefícios ao homem, acolhendo uma visão mais ampla, de caráter biocêntrico ou mesmo ecocêntrico (SARLET; FENSTERSEIFER, 2008).

Como normativa de proteção aos animais no Brasil a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora e veda a prática que submeta animais a atos onde possa estar presente a crueldade, sendo que tal conduta sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, a sanções penais e administrativas (BRASIL, 1988).

No ordenamento jurídico infraconstitucional, a Lei dos Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/98) em seu artigo 32 denomina como crime ambiental a prática de “ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”, com pena de detenção, de três meses a um ano, e multa, no parágrafo 1º equipara, na mesma pena, “quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos”, sendo que conforme o parágrafo 2º a pena é aumentada de 1/6 a 1/3, se ocorre morte do animal (BRASIL, 1998).

Ademais, a Lei Federal n.º 11.794/2008, revoga a Lei n.º 6.638/79 (Lei de Vivissecção), estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais. Em seu artigo 1º, traz a seguinte redação “A criação e a utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa científica, em todo o território nacional, obedece aos critérios estabelecidos nesta Lei”. No Capítulo II a Lei dispõe sobre a criação, a competência e a constituição do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA (BRASIL, 2008).

No Estado do Rio Grande do Sul foi sancionado o Código Estadual de Proteção aos Animais (Lei Estadual n.º 11.915/2003), estabelecendo normas para a proteção dos animais, visando a compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental (RIO GRANDE DO SUL, 2003).

Entretanto, apesar de todo o sofrimento causado aos animais e de todos os problemas empregados à saúde humana e da biosfera, a experimentação animal continua. Isso porque alimenta cadeias produtivas altamente lucrativas. Com isso, verifica-se a necessidade da proteção normativa estatal, em especial, nas experimentações científicas.

CONCLUSÃO

Dessa forma, verifica-se que o Estado brasileiro, em várias esferas, busca desenvolver normativas de proteção aos animais. Contudo, essa é uma parte de um grande e complexo todo que envolve as pesquisas científicas com experimentos a partir de animais. Além do que, não basta normatizar é necessária à verificação da efetividade das normativas de proteção que passam por diversos planos de aplicação e fiscalização através do CONCEA. Ressaltando, ainda, a importância da adequação das normas e decisões com os preceitos da bioética para a compreensão dos fundamentos do direito dos animais.

Nesse contexto, apesar do desenvolvimento da bioética no sentido de realocar a moralidade em relação aos animais e dos direitos criados para a proteção desses seres, além dos obstáculos gerados pelas concepções antropocêntricas da moral e do direito, essas construções deparam-se com as questões econômicas e dos avanços científicos. Assim, o não reconhecimento dos direitos aos animais e as relativizações encontram diversas origens que tendem a afastar a possibilidade de realização da proteção dos animais enquanto seres sencientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11.794**, de 8 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11794.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

_____. **Lei 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

_____. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FEIJÓ, Anamaria Gonçalves dos Santos. **Utilização de animais na investigação e docência**: uma reflexão ética necessária. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 11.915** (Código Estadual de Proteção aos Animais), de 21 de maio de 2003. Disponível em: <<http://www.bioetica.ufrgs.br/11915an.htm>>. Acesso em: 17 out. 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral. In: MOLINARO, Carlos Alberto et al. (Org.). **A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**, de 27 de janeiro de 1978. Disponível em:
<http://www.forumnacional.com.br/declaracao_universal_dos_direitos_dos_animais.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

DESCARTE E REAPROVEITAMENTO DO LIXO ELETRÔNICO

Christian Ademir Linck¹
Maurício Turra Vanzella²
Marilei de Fátima Kovatli³

INTRODUÇÃO

O descarte e reaproveitamento do lixo eletrônico aborda a problemática da atualidade que o mundo sofre, uma vez que grande parte do lixo eletrônico produzido no planeta tem como destino final os países pobres. Ou ainda, containers são despejados em praias ou terrenos a céu aberto em diversas localidades pelo mundo afora. Desta forma, homens, mulheres e crianças manuseiam os lixos descartados sem qualquer tipo de orientação ou equipamentos adequados.

Conforme o jornal Zero Hora, cada brasileiro gera, em média, sete quilos de lixo eletrônico por ano, de acordo com um mapa global sobre lixo eletrônico divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2013 (ZERO HORA, 2014). A preocupação, porém, vai além do desperdício: o descarte incorreto desses produtos pode causar danos ambientais, contaminando o solo e a água, e gerando problemas de saúde na população.

Esse estudo objetiva esclarecer e debater sobre o descarte e reaproveitamento do lixo eletrônico. Além de ser de interesse pessoal dos próprios acadêmicos por trabalharem diretamente com produtos eletrônicos e preocuparem-se com seu descarte e reaproveitamento, a justificativa maior se dá pela postura ética e moral diante da natureza e dos seres humanos, pela preocupação com as causas e consequências quando não há compromisso e responsabilidade, seja de setores públicos, sejam privados.

1 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa configura-se como pesquisa teórica, de natureza qualitativa, com fins descritivos. O plano de geração de dados se deu através de documentação indireta (bibliográfica). O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, através do método de procedimento monográfico, a fim de realizar a análise e interpretação dos dados, justificando-os.

¹ Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Tecnologia de Informação. Faculdades Integradas Machado de Assis. christian.ademir@gmail.com

² Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Tecnologia de Informação. Faculdades Integradas Machado de Assis.mauriciot18@hotmail.com

³ Mestre em Ciências da Computação. Profª do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Tecnologia de Informação. Faculdades Integradas Machado de Assis.marilei_gti@fema.com.br

2 ANÁLISE

De acordo com Pedersen *et al.*, lixo eletrônico, ou e-lixo, é um conglomerado de aparelhos eletrônicos que deixam de ser úteis, por estarem com defeitos ou obsoletos (PEDERSEN *et al.*, 1996). Desse modo, a quantidade de resíduos que utilizam recursos naturais cresce rapidamente. O lixo eletrônico é composto de diversos materiais, sendo alguns destes prejudiciais para o meio ambiente e para o ser humano. O lixo eletrônico contém alta concentração de metais pesados existentes nos equipamentos eletrônicos, e isso pode contaminar tanto o ser humano durante a sua fabricação como também após esse processo. Estes materiais, quando jogados em aterros não controlados e lixões, podem contaminar o solo e atingir o lençol freático, interferindo na qualidade dos mananciais.

Conforme o site Para Entender,

O problema do Lixo Eletrônico começa com a produção e o consumo. Com o auxílio da mídia especializada, a indústria de eletroeletrônicos se esforça para criar a ilusão de obsolescência – convencer as pessoas de que precisam trocar seus computadores, celulares, câmeras e outros equipamentos em períodos cada vez mais curtos. Além disso, a indústria também adota práticas predatórias no processo produtivo [...]. Por outro lado, as pessoas comuns, que em última instância têm a grande possibilidade de mudança desse cenário – é delas o poder de compra – ignoram a gravidade da situação e continuam acelerando o ritmo de consumo (PARA ENTENDER, 2012, p.1).

O Brasil é um dos países que mais abandona toneladas de lixo eletrônico por ano dentre os países emergentes, com exceção da China. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil não tem estratégia para amenizar o problema do lixo eletrônico. Não só o Brasil, mas o mundo em si, precisaria de regras melhores para enfrentar as crescentes montanhas de lixo eletrônico, principalmente nos países desenvolvidos (FANTÁSTICO, 2010).

Grande parte da população não sabe lidar com o e-lixo. Assim, há que se tomar soluções para esse problema incluindo novas tecnologias de reciclagem, além da criação de centros de gestão de lixo eletrônico:

A reciclagem é o processo de separar os elementos que compõem o lixo eletrônico e reinseri-los no ciclo produtivo. Em todo o mundo, a reciclagem de eletrônicos é um mercado em franco crescimento. No Brasil, que ainda não aprovou a política de resíduos sólidos, o mercado conta com uma grande informalidade. Infelizmente, grande parte das empresas que atuam na reciclagem de eletrônicos não observam normas de segurança do trabalho e de descarte de resíduos químicos (PARA ENTENDER, 2012, p.1).

De acordo com o exemplo do Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DMLU), há uma parceria com o Sindilojas e a empresa Otser⁴ para a

⁴Otser é uma empresa de Gestão de Resíduos Eletrônicos de Porto Alegre/RS (OTSER, 2014).

coleta itinerante de resíduos eletroeletrônicos. Este é um dos exemplos a serem seguidos, para amenizar o problema de descarte incorreto do lixo eletrônico.

A velocidade com que celulares, computadores, câmeras digitais e tantos acessórios eletrônicos tornam-se obsoletos é uma realidade absurda e preocupante. Mas, ainda mais absurdo é o destino dado a este lixo no meio ambiente.

Muitos países já estão tentando amenizar o problema, inclusive o Brasil, conforme foi citado o exemplo do município de Porto Alegre. Existem, ainda, outras atitudes particulares que estão ajudando nesta problemática, como num processo “formiga”, mas que tem dado resultados muito positivos:

- a) o designer chileno Rodrigo Alonso propôs mobiliários de resíduos eletrônicos e resina, dando nova visualização a esses materiais;
- b) o designer português João Sabino utilizou as peças de um teclado para desenvolver bolsas, inovando no mundo da moda, com uma fabricação simples e “experimental” em seu projeto;
- c) a artista plástica e artesã Naná Hayne trabalha com o lixo eletrônico desenvolvendo diversos acessórios;
- d) para quem quer informar-se sobre o que fazer com seus descartes, há a ONG Lixo eletrônico, que aponta empresas e locais mais próximos e que atendem à demanda específica (PARA ENTENDER, 2012).

Porém, sabe-se que em pequenas cidades não ocorre com frequência, nem com muita amplitude. O descarte e a reciclagem ainda estão longe da realidade dos pequenos municípios. Assim, há que se buscar maneiras de ampliar e agilizar a conscientização da população e governantes para que soluções sejam buscadas.

CONCLUSÃO

Através do estudo, pode-se perceber a importância de uma destinação adequada ao lixo eletrônico ou, quando possível, o seu reaproveitamento. Imprescindível, também, é repassar à sociedade todas essas informações para que esta mesma sociedade tome consciência do benefício do descarte correto e dos malefícios que esses materiais causam ao meio ambiente e ao ser humano. Esta consciência pode ser feita através de palestras, apresentação de vídeos em escolas, distribuição de panfletos pelos agentes de saúde, propagandas, etc. Dessa forma, as pessoas conhecem o que é lixo eletrônico, que componentes eles possuem e o que estes causam ao ambiente e aos seres humanos quanto ao descarte incorreto.

Sugere-se que todo município siga o exemplo de Porto Alegre, exercendo a coleta e a destinação adequada do lixo eletrônico de seu município com implantação de lixeiras para lixo eletrônico. Sugere-se, também, que empresas de informática venham propor o reaproveitamento de equipamentos de informática, através da doação à entidades filantrópicas.

REFERÊNCIAS

FANTÁSTICO. **O que fazer com o lixo eletrônico**. 07 mar. 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Ex0J_zlaNeY> Acesso em: 30 set. 2014.

PARA ENTENDER. **Lixo Eletrônico**. 2012. Disponível em: <<http://www.paraentender.com/internet/lixo-eletronico>>. Acesso em: 30 set. 2014.

PEDERSEN, Steve; WILSON, Colleen; PITTS, Greg; STOTESBERY, Bill. **Electronics Industry Environmental Roadmap**. 1996. Disponível em: <<http://www.ce.cmu.edu/GreenDesign/comprec/eier96roadmap.pdf>> Acesso em: 29 set. 2014.

OTSER. Disponível em: <<http://www.otser.com.br/noticia.php?codigo=856>>. Acesso em: 29 set. 2014

ZERO HORA. **Ambiente**: sábado é dia de coleta de resíduos eletrônicos. Jornal de sexta-feira, 19 de setembro de 2014. p. 40.



RESUMOS EXPANDIDOS

GRUPO III

**MEDIADORES: PROF.^a Ms. CÁTIA GUADAGNIN ROSSA- CC
PROF. Esp. JONAS BORDIM – GTI/GRH
PROF. Ms. MÁRIO JOSÉ PUHL - DIR/SS/GTI**

A GENEALOGIA E A ARQUEOLOGIA DO DISCURSO AMBIENTAL

Mário José Puhl¹

Márcia Adriana Dias Kraemer²

INTRODUÇÃO

O desafio colocado no espaço desta exposição é tratar de um tema relativamente complexo, haja vista o espaço que têm ocupado no âmbito do pensamento científico. Objetiva apresentar as possibilidades de emergência dos discursos sobre a situação ambiental no planeta, caracterizada de forma catastrófica, no âmbito das ciências empírico-analíticas, o que tem suscitado comportamentos e atitudes de caráter sobrevivencialista.

A possibilidade da existência desses discursos é abordada a partir dos conceitos de arqueologia e de genealogia de Michel Foucault entendidos como o método próprio da discursividade histórica e da tática do discurso que ativa formas de resistência e de luta contrárias aos discursos legitimados em uma determinada situação, respectivamente (FOUCAULT, 2005; 1999).

Entende-se que os discursos ambientalistas que apresentam verdades na perspectiva destrutiva de tudo produzem comportamentos individualizantes que preconizam a sobrevivência em um cenário destruidor, os quais reproduzem as causas e os efeitos dos problemas socioambientais vistos como problemáticos à civilização e ao ecossistema, logo, ao desenvolvimento regional sustentável.

1 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é teórica, ao envolver aportes da literatura técnica sobre o assunto, em uma revisão bibliográfica, coadunando-os ao exame das ações discursivas relativas ao ambiente natural. Procuramos propor uma visão com predomínio qualitativo e interpretativo de análise dos dados, com fins explicativos, em que se valida a importância de os significados do mundo social serem construídos, interpretados e reinterpretados pelo homem de maneira plurissignificativa.

Por isso, a natureza do estudo reconhece que a especificidade do objeto de investigação exige o respeito às suas peculiaridades, sendo somente possível imprimir significado e sentido aos fenômenos observados com o apoio de práticas de interpretação e de compreensão pautadas na apreensão da realidade.

Dessa maneira, subvertemos a separação epistêmica existente entre sujeito-investigador e sujeito ou objeto investigado, ampliando a chance de o fenômeno ser analisado na perspectiva dos atores nele envolvidos e no contexto em que se

¹ Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – UNIJUI, Ijuí, Brasil. Bolsista CAPES. Docente das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMa, Santa Rosa, Brasil. mariopuhl@yahoo.com.br.

² Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, Paraná, Brasil. Docente das Faculdades Integradas Machado de Assis e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE/FEMa, Santa Rosa, Brasil. marciakraemer@fema.com.br

inserir. Como método de abordagem dos fenômenos estudados nesta pesquisa, optamos pelo processo de raciocínio dialético, subsidiados pelo procedimento de análise histórica e comparativa.

2 ANÁLISE

Ao depararmos-nos com jornais, revistas, programas televisivos, dentre outras formas de comunicação, um dos assuntos mais recorrentes é o da crise. Afirmam-se crises de distintas abrangências: crise ambiental, crise econômica, crise de valores, crise energética, entre outras. Crê-se que as manifestações da concretude presentes nas relações humanas e destas com o ambiente natural estão em situação crítica e insustentável, entendendo a civilização alicerçada nas grandes promessas da modernidade ocidental e de seus pressupostos epistemológicos – liberdade, fraternidade, igualdade, justiça e paz.

Nessa perspectiva, a arqueologia do discurso trata de analisar a sua constituição, articulada em quatro dimensões integradas: objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. A articulação possibilita entender como determinado discurso surge e como é dispersado como verdadeiro. Compreender a formação discursiva é fundamental para entender a produção deste, pois “[...] não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma.” (FOUCAULT, 2005, p. 205).

O método genealógico de análise evidencia a condição histórica e política da possibilidade da emergência do discurso, estabelecendo a relação entre o poder e o saber. Para Foucault, a prática do poder organiza o saber, bem como este gera o poder (FOUCAULT, 1999). A relação, portanto, é intrínseca e retroalimentar, pois o poder se manifesta e é exercido pelo discurso e este produz novas relações e mecanismos de poder. Ele é exercido com base em um saber elaborado que a própria economia política possibilita emergir em cada momento histórico sob a égide de uma episteme.

Se é a posição ativa do falante em uma dada situação de produção que constrói o sentido do discurso, logo, é a intencionalidade que condiciona a maneira de dizer, refletindo a ideologia do sujeito diante dos fenômenos. É importante entender que as ações de linguagem são criadas em um contexto e é possível aprender a analisar a sua materialidade em forma de enunciados, a fim de compreender o sentido das opções realizadas e para que são feitas (BAKHTIN, 2003). Determinado poder, exercido com base em um saber elaborado, portanto, reflete a episteme subsidiando o discurso.

Nessa premissa, é possível pensar que os discursos catastróficos em circulação no mundo são produzidos pela lógica e pelos métodos das ciências modernas, gerados empiricamente e transformados em estatísticas, relatórios, prognósticos e caracterizados como consequência da influência humana sobre o planeta. Contudo, as instituições científicas não apresentam dados acerca da situação civilizatória humana que ela fundamenta, da condição humana no planeta e os beneficiários do atual modelo social.

Logo, os discursos ambientais que assumem lugar na contemporaneidade reproduzem a ideologia e os discursos do poder. O estudo da natureza do

enunciado e da diversidade de formas de sua materialização nos diversos campos da atividade humana é de vital importância para quase todos os campos científicos, não só da linguística ou da filologia. Nessa lógica relacional a eliminação do mais fraco, do inapto, deixará a vida em geral mais sadia, mais elevada, melhor, evoluída. Estabelece-se uma aplicação, um vínculo

[...] entre a teoria biológica do século XIX e o discurso do poder. No fundo, o evolucionismo, entendido num sentido lato – ou seja, não tanto a própria teoria de Darwin quanto o conjunto, o pacote de suas noções (como: hierarquia das espécies sobre a árvore comum da evolução, luta pela vida entre as espécies, seleção que elimina os menos adaptados) –, tornou-se, com toda a naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político, sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc. Em outras palavras, cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, luta, risco de morte, foi na forma de evolucionismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-los. (FOUCAULT, 205, p. 307).

Entende-se, assim, que o projeto da modernidade racional, quando se ancora na teoria de que, com o progresso das ciências e das técnicas, os humanos podem controlar e dominar cientificamente a natureza, o indivíduo e a sociedade, compreende a ecologia como uma área de investigação, de avaliação e de exploração possível de ser planejada. Dessa forma, amplia o alcance do biopoder quando planeja a produção, a distribuição, o consumo, a valoração e projeta a escassez dos recursos bióticos.

CONCLUSÃO

Por meio desta análise, percebe-se que as previsões de catástrofes, de destruições causadas pelos desequilíbrios ambientais, pela interferência humana na biosfera, da alteração climática, extinção de espécies, de perigos nucleares, explosão demográfica, fome, epidemias e pandemias, geram um clima e uma tentativa de sobreviver ao caos. O discurso oficial da ameaça real à vida sobre a Terra traz a responsabilidade à gestão do perigo e consolida a teoria da governamentalidade da vida, necessária e urgente.

As vozes, nesses termos, articulam duas dimensões importantes no exercício do poder e da produção de verdades: legitimam práticas exploratórias dos bens naturais como algo indispensável e inevitável (denominadas de externalidades negativas pela economia ecológica) para proporcionar conforto e bem-estar humano e se colocam a tarefa de proteger e de salvar a vida ante o colapso iminente.

Contudo, é preciso fazer mais: conscientizar as pessoas da situação ambiental. A educação ambiental é vista como processo de tomada de consciência da situação de crise ecológica, e não civilizatória, por parte de cada indivíduo. É um caráter disciplinar acerca da consciência do indivíduo e apelo a atitudes morais benéficas,

apontando para uma estratégia de vigilância e de normalização da ação humana, realizada pelos detentores da verdade e do saber científico instituídos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. (1977). **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **As palavras e as coisas**. 8. ed. Tradução Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESTUDO DO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Jonas Bordim¹
Nedisson Luis Gessi²
Marilei de Fátima Kovatli³

INTRODUÇÃO

As organizações estão vivenciando um frequente aumento na quantidade de informações e documentos que precisam ser armazenados. Diante disso, é preciso organizar-se da melhor maneira possível, a fim de conseguir minimizar possíveis transtornos na hora de localizar esses arquivos. O tema do presente trabalho é o estudo do Gerenciamento Eletrônico de Documentos nos serviços de saúde.

Esse trabalho, tem por objetivo, verificar os benefícios do sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, analisando sua viabilidade de automação, com o intuito de facilitar e dinamizar o armazenamento e a pesquisa de documentos nas empresas. Dentre os principais benefícios do GED pode-se citar: agilidade e segurança nos processos, redução de custos e de espaço físico destinado aos documentos arquivados, além da diminuição de retrabalhos.

1 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho é baseada em uma pesquisa de análise qualitativa realizada em uma empresa de planos de saúde, onde pode-se concluir a importância do GED, juntamente com seus benefícios, que entre eles está a sustentabilidade, o que reforça a ideia da empresa quanto a responsabilidade socioambiental. Afim de dar ênfase ao estudo proposto, também utilizou-se de uma documentação indireta, através de uma pesquisa bibliográfica, de autores renomados e de sites confiáveis, sendo isso, algo de extrema importância para dar credibilidade aos dados analisados.

Por fim, também se fez necessário o uso de uma pesquisa exploratória, para conhecer os métodos atualmente utilizados no Gerenciamento Eletrônico de Documentos, pela empresa de planos de saúde, juntamente com as demais empresas do ramo médico-hospitalar da região da Grande Santa Rosa.

¹ Graduado em Administração, Especialista em MBA em Gestão Empresarial. Professor do Curso de Administração, Gestão de RH e Gestão de TI. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

² Mestre em Ensino Científico e Tecnológico. Professor e Coordenador do Curso de Gestão de TI. Faculdades Integradas Machado de Assis. nedisson@fema.com.br

³ Graduação em Informática – Ênfase em Análise de Sistemas, Especialização em Informática na Educação, Mestrado em Ciências da Computação – Especialização em Formação Tecnológica. Professora do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação – Faculdades Integradas Machado de Assis. marilei.kovatli@fema.com.br

2 ANÁLISE

O GED é uma união de tecnologias que auxilia as empresas no gerenciamento de seus documentos. No caso da maioria das empresas do ramo da saúde, a origem dos documentos é o papel, mas através da digitalização, passa a ser gerenciado de forma digital, que por sua vez, é o modo mais prático de armazenamento, evitando desperdício de tempo e espaço: “Pesquisas realizadas nos Estados Unidos entre 2001 e 2003 indicam que funcionários passam de 15% a 30% do seu tempo semanal tentando localizar informações.” (UNIMED, 2006).

A digitalização vem se destacando, ao longo dos anos, pois muitas empresas privadas ou públicas do mundo todo estão investindo cada vez mais em seu uso:

Diferentemente dos outros setores, o sistema de saúde dos EUA, que movimenta US\$ 2 trilhões, está entupido de papéis, pastas e uma montanha de selos. Mais de 90% dos médicos do país e pelo menos dois terços dos hospitais ainda usam papel para prontuários médicos e muitos dos que se informatizaram não podem trocar informações com prestadores externos. O resultado são bilhões de dólares a cada ano em gastos administrativos desnecessários, testes duplicados e erros médicos. (BRASIL, 2008).

A preocupação deste trabalho limitou-se apenas aos serviços de saúde, pois conforme Moraes relata, os prontuários médicos deverão ser guardados por 20 anos, e em alguns casos por 40 anos. Período em que uma doença ocupacional ainda poderá se manifestar. Por isso a conservação desses documentos confidenciais é muito importante (MORAES, 2013).

Para servir de exemplo nesse trabalho, realizou-se uma pesquisa em uma empresa de planos de saúde, onde levantou-se a quantidade de documentos gerados desde o ano 2004 até o ano de 2013:

Tabela 1
Quantidade de Exames Realizados no Período

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*	TOTAL
Consultas	10.899	9.708	14.253	18.168	21.744	22.266	23.778	31.704	32.856	22.233	207.609
Exames	2.266	3.406	3.918	6.910	9.360	10.816	11.135	16.721	16.665	11.094	92.291
Total	13.165	13.114	18.171	25.078	31.104	33.082	34.913	48.425	49.521	33.327	299.900

Fonte: Gestão de Saúde Ocupacional da Unimed-fno.⁴

O processo de gerenciamento dos documentos utilizado pela empresa em estudo, é através da digitalização e posteriormente vários outros processos, os quais são em sua maioria, manuais, demorados e complicados, o que gera insegurança no armazenamento e conseqüentemente na localização.

Após a análise dos dados, afim de melhorar ainda mais os processos lentos e manuais do GED nas empresas do ramo da saúde, criou-se um módulo chamado

⁴ A quantidade de documentos pesquisados em 2013 corresponde aos meses de janeiro a julho. Mantendo essa média, é estimado que o ano inteiro de 2013 chegue a uma quantidade de 57.132 documentos.

Life's File (Arquivos da Vida). Através do processo atual analisado na empresa, o tempo para colocar em dia a digitalização e cadastramento de todos os documentos é de 13,5 meses. Já com o *Life's File*, o tempo estimado cai pela metade, 6,7 meses.

Esse módulo, auxilia também na redução de gastos com impressão, pois tendo acesso ao sistema, é possível visualizar os documentos na tela de qualquer computador que tenha acesso a internet. Ainda, através de *login* e senha, é possível restringir o acesso ao sistema, somente para pessoas autorizadas.

Para os documentos digitais mais importantes das empresas, recomenda-se o uso da microfilmagem. Esse processo tem amparo legal perante a lei Nº 5.433 (documentos microfilmados tem o mesmo valor que o original em meio físico), traz segurança, durabilidade (em boas condições, um microfilme pode durar cerca de 100 anos), reforça o comprometimento socioambiental da empresa e também auxilia na redução de espaço físico disponibilizado para armazenamento. Somente após microfilmados, os arquivos físicos, podem ser descartados através da incineração, seguindo a norma da Resolução 1.821/07 do Conselho Federal de Medicina.

CONCLUSÃO

O GED, hoje, é a melhor maneira de gerir, arquivar e localizar arquivos. Este trabalho mostrou vários benefícios desse gerenciamento, tais como: documentos centralizados em um único banco de dados; diminuição de erros ou retrabalhos; sistema seguro, fácil manuseio, além de eliminar o espaço físico de armazenamento.

Ainda, como recomendação, se houvesse uma maior integração entre todos os envolvidos no processo que geram documentos médico-hospitalares, os exames, consultas, prontuários médico, ficha clínica, entre outros, tudo poderia ser gerado de modo digital, desde o início, com o uso de computadores ou *tablets* em consultórios médicos, clínicas, hospitais e empresas de planos de saúde. Isso traria maior agilidade ainda do GED e evitaria o processo da digitalização.

REFERÊNCIAS

MORAES, Giovanni Araújo. **Normas Regulamentadoras Comentadas**. 11. ed. Rio de Janeiro: GVC Editora, 2013.

BRASIL. Resenha Eletrônica do Ministério da Fazenda. **Valor Econômico**. 18 de dezembro de 2008. Brasília. Disponível em:
<<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=519486>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

UNIMED. **GED – Gestão Eletrônica de Documentos**. Disponível em:
<http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=54011&cd_secao=53994&cd_materia=286226>. Acesso em: 18 set. 2013.

A AUDITORIA AMBIENTAL EMPRESARIAL COMO PRESSUSPOSTO DA SUSTENTABILIDADE

Natóia Vatuzi Loose¹
Domingos Benedetti Rodrigues²

INTRODUÇÃO

Com o aumento das atividades econômicas que são poluentes, a preocupação com o estado do meio ambiente tomou conta da opinião pública, razão pela qual, a sociedade está debatendo a necessidade de adotarmos medidas que podem contribuir na prevenção de danos ao meio ambiente, antes que eles venham a acontecer. O tema em discussão trata de um método que pode trazer contribuições para a preservação ambiental e a sustentabilidade, que será por meio da auditoria ambiental relacionando-a com a gestão empresarial. Assim, busca-se compreender a importância da auditoria ambiental e verificar se a mesma seria fator fundamental da sustentabilidade.

1 METODOLOGIA

A pesquisa a ser realizada será de natureza teórica, a qual se efetivará na busca de ideias e posicionamentos junto a autores que tratam sobre o tema proposto, através de pesquisa bibliográfica, artigos científicos, análise de leis.

O método de abordagem utilizado será o hipotético-dedutivo, pois, a elaboração do problema consistente em verificar se a auditoria ambiental empresarial e se suas medidas geram benefícios, tornando-se um fator fundamental para a prevenção e sustentabilidade? A provável hipótese é de que, a utilização da auditoria ambiental empresarial se constitui num fator de preservação ambiental e sustentabilidade.

Na pesquisa, será empregado o método de procedimento histórico, pois coloca o objeto de estudo de uma forma cronológica, estabelecendo a sua evolução, bem como a evolução do conceito de meio ambiente, pois só assim podem ser analisados e entendidos. Assim, com os resultados obtidos, se poderá analisar e verificar se a auditoria ambiental empresarial é um pressuposto para a sustentabilidade.

¹ Acadêmica do 9º semestre do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. natoia.loose22@hotmail.com

² Doutorando em Educação nas Ciências. Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas. Professor do curso de Direito da FEMA. Professor coordenador dos Projetos de Pesquisa e Extensão acima mencionados. Professor do curso de Direito e Agronomia da UNICRUZ. Advogado em questões Ambientais, Agrárias, Urbanísticas e Internacionais. mingojuslex@yahoo.com.br

2 ANÁLISE

Com o aumento das atividades econômicas que são poluentes, a preocupação com o estado do meio ambiente vem sendo destaque ao longo dos anos, razão pela qual, a sociedade busca medidas que podem contribuir na prevenção destes danos, o que vem ocasionando avanços quanto aos instrumentos de preservação legais.

Dessa forma, é de se analisar que o país possui uma vasta legislação relacionada ao meio ambiente, e é na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LXXII, que se encontra a afirmação de que o meio ambiente é um direito fundamental de todos independentemente da sua condição (BRASIL, 1988).

Logo, é necessário um equilíbrio entre a natureza e o desenvolvimento econômico e social, pois de acordo com Silva, o meio ambiente se integra de elementos naturais e culturais, cuja interação constitui e condiciona o meio em que vivemos (SILVA, 2013).

É visto que a concretização de uma qualidade de vida satisfatória está completamente relacionada à forma como a sociedade desenvolve a sua atividade econômica, sendo a variável ambiental fundamental dentro da gestão empresarial. Por sua vez, é imprescindível para melhor organizar as formas de relação com o meio ambiente, é importante que se leve em consideração seus limites de suportabilidade dos impactos produzidos pela atividade econômica.

Assim, para o adequado funcionamento da gestão ambiental, é de se destacar a auditoria como meio de acompanhamento e avaliação periódica do comportamento da empresa com relação ao ambiente, tanto interno, que seria o ambiente de trabalho, quanto externo, como instalações e a própria sociedade que a cerca (MACHADO, 2014).

Sendo assim, a auditoria serve como meio para avaliar as práticas e as instalações de empresas com elevado potencial poluidor, identificando a forma como o meio ambiente é afetado. O resultado dessas avaliações será um fator determinante à promoção de ajustes na forma de desenvolver a atividade econômica, a fim de adequar suas práticas produtivas a normatização vigente.

É de se enfatizar também, que a busca de um ponto de equilíbrio é fundamental para um adequado planejamento, no tocante a utilização de recursos e crescimento econômico, sempre visando às necessidades da sociedade em contrapartida com o meio ambiente.

Para melhor demonstrar a importância do desenvolvimento interligado com a sustentabilidade, cabe utilizar as palavras de Fiorillo:

[...] numa sociedade desregrada, à deriva de parâmetros de livre concorrência e iniciativa, o caminho inexorável para o caos ambiental é uma certeza. Não há dúvida de que o desenvolvimento econômico também é um valor precioso da sociedade. Todavia, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico devem coexistir, de modo que aquela não acarrete a anulação deste. (FIORILLO, 2009, p. 35).

Portanto, neste contexto, a auditoria ambiental é uma estratégia eficiente para que as empresas possam promover o desenvolvimento sustentável, pois através

dela é possível avaliar desde a eficiência, até os problemas ambientais, e buscar meios de economia e correção dos problemas encontrados, o que contribui para a rentabilidade da empresa e a preservação ambiental.

CONCLUSÃO

Como se vê, a preocupação com a questão ambiental vem crescendo em grande escala, assim como o desenvolvimento econômico. Portanto, é visível que a sociedade precisa criar os meios e os instrumentos para conter os danos ambientais e se utilizar constantemente de práticas sustentáveis.

Neste sentido, é de se destacar a auditoria ambiental, como um tema de suma importância na atualidade, pois, visa orientar o desenvolvimento empresarial, objetivando um equilíbrio entre suas atividades econômicas e o meio ambiente. É um novo instrumento legal contra a degradação ambiental e um modo mais eficaz a longo prazo, para se obter uma sadia qualidade de vida e um desenvolvimento ecologicamente correto, como prevê o artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

Assim sendo, a auditoria ambiental, pode contribuir para com as empresas e demonstrar que o ser humano pode evoluir economicamente, sem agredir nem esgotar os recursos ambientais, sendo de fundamental importância a aplicação de auditorias periódicas para que não ocorra a degradação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

MORAES, Alexandre. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988. São Paulo: 34. ed, Atlas, 2011.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 10. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 22. ed. ver. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

ÊXODO RURAL E O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Deise Jenifer Eisen¹
Morgana Freddi²
Cátia Guadagnin Rossa³

INTRODUÇÃO

Os processos migratórios das populações existem há muito tempo em suas mais variadas formas e motivos, e entre eles está o êxodo rural, que é a migração das pessoas do campo para a cidade. Ele ocorre por diferentes motivos e causa problemas sociais, ambientais e econômicos na região afetada.

Portanto, este trabalho tem por objetivo identificar as principais causas do êxodo rural e suas possíveis consequências tanto na zona rural quanto na urbana, pois atualmente o setor que mais contribui ao desenvolvimento nacional é o agronegócio, que é afetado com o fenômeno de migração, bem como as cidades que não comportam o aumento populacional.

1 METODOLOGIA

A pesquisa é teórica de natureza qualitativa com a finalidade de explicar através de estudos bibliográficos em livros e trabalhos de conclusão de curso as principais causas e consequências do êxodo rural no desenvolvimento de uma região. Os dados foram analisados por meio do método de abordagem dedutivo.

2 ANÁLISE

O êxodo rural é um processo migratório que ocorre quando pessoas da zona rural migram para a zona urbana, modificando o ambiente em que viveram e irão viver. Esse deslocamento ocorre há muito tempo, mas duas revoluções no mundo agrícola tiveram fundamental importância neste processo, acelerando-o ainda mais:

[...] Primeira Revolução Agrícola, que trouxe consigo uma duplicação da produção e da produtividade do trabalho agrícola, e pela Segunda Revolução Agrícola, conhecida como Revolução Verde, que permitiu incorporar novas técnicas de produção, motorização, mecanização, e uso de produtos químicos na agricultura. (BRUM, 2009, p. 15).

Entre essas duas revoluções, a Revolução Verde se destaca pois ela trouxe o avanço tecnológico e a modernização das atividades rurais, porém ela aumentou a

¹ Acadêmica do Curso de Administração – 4º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. deisejeny@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Administração – 4º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. morganafreddi@yahoo.com.br

³ Mestra em Desenvolvimento. Orientadora. Professora do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. catiarossa@fema.com.br

dificuldade de permanência do pequeno produtor rural no campo, pois este não tendo o conhecimento necessário nem economias suficientes não pôde competir com os grandes agricultores, não conseguindo se manter na zona rural.

Atualmente, a saída de pessoas do campo é muito comum entre os jovens principalmente por causa do alto custo da tecnologia utilizada para produção, da baixa qualidade da educação oferecida para os jovens que moram no interior e da busca por um emprego na tentativa de obter uma vida melhor que a de seus pais (LONGO, 2011).

Portanto, os jovens veem na cidade uma oportunidade de ter melhores condições de vida profissional que no campo sendo assim uma opção mais atraente do que dar continuidade a atividade da família.

O uso da tecnologia trouxe conforto e comodidade ao agricultor, mas também trouxe desemprego no campo, pois com o uso de implementos e insumos agrícolas uma pessoa é capaz de realizar o trabalho que antes demandava mais trabalhadores. Além disso, a produção de um bem agrícola é quase toda artesanal, aumentando assim seus custos de produção e conseqüentemente o preço de venda ao consumidor final, tendo assim dificuldade de concorrer com os produtos industrializados fabricados em série (MAGALHÃES, 2011).

Sendo assim, alguns dos fatores que mais desestimulam o homem do campo a continuar com a atividade agrícola são o alto custo da tecnologia, a inadequada gestão da propriedade e, além disso, a falta de um sucessor na propriedade para dar continuidade a atividade.

O êxodo rural acarreta diversas conseqüências, tanto para o campo quanto para a cidade. Ele interfere diretamente no desenvolvimento de uma região, pois

O desenvolvimento regional pode ser definido como a melhoria do nível de vida real dos habitantes de uma unidade subnacional que seja suficientemente grande para ser influenciada pela política e programas econômicos nacionais e para influir no progresso do país. (SWACKHAMER apud COSTA, 1973, p. 03).

Portanto, o desenvolvimento regional propõe melhorar a qualidade de vida da população através da política e economia para gerar desenvolvimento nacional, porém, o êxodo rural modifica a estrutura de uma região, pois causa evasão do campo e acúmulo populacional na cidade.

Para uma cidade se desenvolver, ela precisa ser capaz de oferecer aos seus habitantes meios para suprir suas necessidades básicas como moradia, saneamento básico, saúde, educação, entre outras, abrigando toda população, caso contrario surgirão periferias principalmente perto de áreas industrializadas (MOREIRA; SENE, 2009).

Porém nem sempre as cidades recebem os investimentos necessários para isso e como o êxodo rural cria um aumento populacional o atendimento às necessidades básicas humanas da população fica comprometido. O processo de urbanização gera também o “[...] subemprego, a submoradia e a violência.” (MOREIRA; SENE, 2009, p. 475).

Sendo assim, além de deixar o campo sem mão-de-obra, o êxodo rural provoca o aumento populacional nas cidades que não conseguem empregar todos aumentando assim o desemprego e um possível aumento na violência, entre outras consequências, tudo isso comprometendo o desenvolvimento regional.

CONCLUSÃO

Portanto, conclui-se que o êxodo rural, sendo um fenômeno que ocorre há muitos anos, deixou e deixa diversas consequências na zona rural e urbana. Atinge toda a população, pois o campo fica sem mão-de-obra e a cidade sofre com o aumento populacional.

Atualmente esse fenômeno é muito comum entre os jovens, que buscam oportunidades e uma vida melhor e mais confortável na cidade. A falta de infraestrutura urbana não possibilita emprego para todos, pois prioriza a mão de obra qualificada, e os migrantes que normalmente não possuem especialização podem passar ainda mais dificuldades.

Sendo o agronegócio o principal propulsor da economia brasileira, existe oferta de trabalho no campo, porém, este deve ser incentivado, pois o campo também precisa de profissionais qualificados como agrônomos, veterinários, administradores, entre outros.

O êxodo rural impacta diretamente no desenvolvimento regional, pois esse desenvolvimento só ocorre quando envolve toda a comunidade e a população dessa região melhora de vida, tendo suas necessidades e demandas atendidas. Entretanto êxodo rural mexe com a estrutura da região, pois esta não suporta atender o aumento populacional, ela não consegue proporcionar emprego, saúde, moradia a todos, comprometendo assim o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

BRUM, Argemiro Luís. **Agrobusiness**. Ijuí: Unijuí, 2009.

COSTA, Rubens Vaz da. **Apontamentos para a avaliação da política de desenvolvimento regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Secretaria de Divulgação do BNH, 1973.

LONGO, Adilor Eduardo. **Motivação para evasão de jovens rurais**: um estudo de caso a partir da comunidade de Nossa Senhora Aparecida, Marau/RS. 2011. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Camargo, 2011.

MAGALHÃES, Fábio Barreto. **O êxodo e a masculinização no meio rural de Quaraí – Rio Grande do Sul**: entraves ao desenvolvimento rural. 2011. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. **Geografia**: volume único. São Paulo: Scipione, 2009.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ângela Denise da Rosa¹
Domingos Benedetti Rodrigues²

INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre a educação ambiental municipal como fator de desenvolvimento sustentável, cuja produção do artigo encontra-se em andamento. É um trabalho oriundo do projeto de pesquisa “Contribuições da Educação Ambiental Formal e Informal para Efetivação do Estado de Direito do Ambiente”, e do projeto de extensão em “Educação Ambiental: Assessoria e Consultoria nas Organizações”, que são mantidos pelo Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA de Santa Rosa/RS.

1 METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho é estudar a Educação Ambiental como fator de desenvolvimento sustentável no âmbito municipal. A situação problema é saber se a regulamentação da Educação Ambiental em nível municipal dará ênfase a prática em todos os níveis de ensino previstas em lei? Como hipótese é de que, a Educação Ambiental possa contribuir no desenvolvimento sustentável. A metodologia esta inserida no âmbito social, econômico, jurídico e ambiental. Ela será descritiva e qualitativa, utilizando-se do método dedutivo. A pesquisa será de natureza teórica fundamentada na bibliografia atinente ao tema, com base legal na Constituição Federal de 1988 e na Lei Nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

2 ANÁLISE

O tema objeto de estudo visa à inserção da Educação Ambiental enquanto ferramenta essencial e permanente na rede municipal de ensino, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e não formal, conforme prevê o artigo II da Lei Nº 9.795/99. Este trabalho está vinculado ao projeto de extensão “Educação Ambiental: Assessoria e Consultoria nas Organizações”, e do projeto de pesquisa

¹ Acadêmica do 7º Semestre do curso de Direito da FEMA. Voluntária dos projetos de pesquisa e extensão acima mencionados. Tecnóloga em Agricultura Familiar e Sustentabilidade CREA-RS 189073- Especialista em Perícia e Auditoria Ambiental. angelrosa301@hotmail.com

² Doutorando em Educação nas Ciências. Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas. Prof. do curso de Direito da FEMA. Prof. coordenador dos Projetos de Pesquisa e Extensão acima mencionados. Prof. do curso de Direito e Agronomia da UNICRUZ. Advogado em questões Ambientais, Agrárias, Urbanísticas e Internacionais. mingojuslex@yahoo.com.br

“Contribuições da Educação Ambiental Formal e Informal para Efetivação do Estado de Direito do Ambiente”, ambos mantidos pelo curso de Direito da FEMa em 2014.

A educação ambiental em todos os níveis de ensino do Brasil é uma obrigatoriedade prevista pelo artigo 225 § 1º, VI da Constituição Federal de 1988, que estabelece: “[...] promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.” (BRASIL, 1988). Por sua vez, a Lei nº 9795/99 em art. 5º inciso I, define como objetivo da educação ambiental, a promoção de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. Portanto, a educação ambiental a ser desenvolvida no âmbito da escola deve ser interdisciplinar e holística.

CONCLUSÃO

As considerações são parciais, visto que o trabalho de produção do artigo encontra-se em andamento. Portanto, o Município ao regulamentar a matéria em todos os seus níveis de ensino mediante legislação própria, deverá fazê-la com base nos preceitos da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 9795/99, do Decreto nº 4281/2002 e da Resolução nº 2 de 15 de julho de 2012 do Conselho Nacional de Educação. Contudo, é uma obrigatoriedade constitucional o município regulamentar a matéria, estabelecendo a política municipal de educação ambiental em todos os níveis da sua competência. Sendo regulamentada e efetivada a educação ambiental nestes termos, ela será considerada um fator de desenvolvimento sustentável em âmbito local, consolidando assim, a função sociocultural ambiental do curso de Direito desta Instituição.

REFERÊNCIAS

MORAES, Alexandre (Org.). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

COLEÇÃO SARAIVA DE LEGISLAÇÃO. **Legislação de Direito Ambiental**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ZONEAMENTO URBANO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Roberto Pozzebon¹
Bianca de Melo Hartfil²

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por tema a preservação ambiental e zoneamento na ocupação do solo urbano, análise essa decorrente da necessidade de proporcionar aos cidadãos um meio ambiente saudável. Nesse tear o zoneamento é o instrumento criado para permitir a adequada ocupação do espaço e, conseqüentemente, contribuir com a qualidade de vida e bem-estar dos habitantes por meio da conciliação das diversas atividades desenvolvidas numa cidade.

De forma geral, objetiva melhor compreender e analisar esse instrumento da política urbana instituída pela Constituição Federal de 1988 e disciplinada através da Lei Ordinária nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade. Nesse contexto é que se demonstrará a pretensão de proporcionar melhor qualidade de vida através da ocupação do solo urbano utilizando o zoneamento como instrumento de ordenação.

1 METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida utilizando a metodologia teórico-empírica com início na seleção do material doutrinário, bibliográfico e legislação pertinente. No desenvolver, compreendeu a leitura de diversas obras especializadas no assunto, normas jurídicas, compreensão da temática e uma reflexão crítica sobre o crescimento e a organização de uma cidade a partir dos instrumentos da política urbana destinados a concretizar de forma adequada o espaço. Chega-se a conclusão utilizando o método dedutivo.

2 ANÁLISE

Desde o surgimento da cidade a necessidade de organização já estava presente, porém, foi com a Revolução Industrial que os impactos sobre o meio ambiente aumentaram em consequência das fábricas e do acúmulo de pessoas no entorno que vinham em busca de trabalho, as quais, até então viviam esparsas em feudos.

Constata-se, então, que a lesão ao meio ambiente não é recente, no entanto, foram acentuadas nas últimas décadas a ponto de surgir em diversos países, inclusive no Brasil, movimentos preocupados com a preservação ambiental: “No

¹ Prof. Ms. do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis de Santa Rosa/RS. Advogado com especializações na área cível e trabalhista.

² Prof. Ms. do Curso de Direito e Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica das Faculdades Integradas Machado de Assis de Santa Rosa/RS.

Brasil, este movimento teve início na década de 70 do século XX, no Estado do Rio Grande do Sul que, desde então vem se mantendo em posição vanguardista na proteção ambiental.” (ANTUNES, 2002, p.42). Esses movimentos ensejaram as primeiras leis de cunho ambiental que após rápida evolução da legislação pertinente fez surgir um novo ramo do direito: o Direito Ambiental.

O Brasil instituiu sua Política Nacional do Meio Ambiente na década de 80 com a Lei 6.938 de maio de 1988, baseada nos princípios da Conferência de Estocolmo de 1972. Após, a CF/88, destinou um capítulo ao meio ambiente e instituiu nova política urbana devendo a cidade e a propriedade urbana cumprir com sua função social, incluindo nesse contexto a preservação ambiental e a qualidade de vida (BRASIL, 1988).

Os princípios predominantes em matéria ambiental segundo a doutrina pesquisada são o princípio da precaução, princípio poluidor pagador, princípio do acesso equitativo aos recursos naturais e o princípio do desenvolvimento saudável.

O princípio da precaução “[...] é aquele que determina que não se produzam intervenções no meio ambiente antes de ter a certeza de que estas serão adversas para o meio ambiente.” (ANTUNES, 2002, p.35). Por sua vez, o princípio da prevenção, se aplica aos impactos ambientais já conhecidos e se tem uma história de informações sobre eles. Por ele, é que se informa o licenciamento e os estudos de impacto ambiental ao poder público que através de atos como licença, sanções administrativas e fiscalizações faz cumprir a finalidade preventiva. O princípio poluidor pagador visa assegurar que o poluidor seja responsabilizado pelos danos ao meio ambiente e não como forma de pagar para poder poluir: “[...] esse princípio não traz como indicativo pagar para poder poluir, poluir mediante pagamento ou pagar para evitar contaminação.” (FIORILLO, 2002, p. 37).

Uma política urbana adequada mostra-se indispensável quando constatamos que a ocupação urbana cresceu de forma acelerada ao se verificar que cerca de 80% da população brasileira hoje é urbana, enquanto em 1970 apenas 30,5% viviam nas cidades. É natural que desse processo de crescimento acelerado emergem problemas, ainda mais levando em consideração que na maioria das vezes ocorreu sem planejamento nem controle. Se de um lado ofereceu a uma parcela da população acesso ao trabalho e melhores condições de vida, por outro lado causou um desequilíbrio urbano ainda sem solução, principalmente no tocante a questões ambientais (GRANZIERA, 2009, p. 472). Ainda sobre crescimento acentuado é oportuno observar a constatação da autora Fernanda Fabiana Bruzzone Oliveira:

No curso dos anos 1980 e 1990, observou-se um intenso crescimento urbano informal, gerado pela consolidação de novos assentamentos irregulares e pelo adensamento dos já existentes e a ocupação de espaços antes livres, como áreas públicas ou de proteção ambiental. (OLIVEIRA, 2012, p. 33).

Quais são as diretrizes e mecanismos hábeis existentes no ordenamento jurídico brasileiro para fazer o enfrentamento dessas consequências e, além disso, propiciar um meio ambiente equilibrado, desenvolvimento das cidades e qualidade de vida? Tem-se nessa questão o ponto central da pesquisa: de um lado a realidade

verificada e, de outro, a necessidade de correção do que for possível, organização adequada do crescimento e ocupação atual acrescentando-se, ainda, o desenvolvimento das cidades e a preocupação com a qualidade de vida das gerações futuras.

Nesse ponto, visando dar efetividade à política urbana a CF/88 e o Estatuto da Cidade ao tratarem dos instrumentos da política urbana assim preveem respectivamente:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

[...]

Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

III – planejamento municipal, em especial:

a) plano diretor;

b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;

c) zoneamento ambiental [...] (BRASIL, 1988) [grigo nosso].

Pode-se afirmar que o zoneamento ambiental como um dos principais meios de proteção e preservação ambiental por estar previsto no plano diretor do município e por tratar da divisão do território municipal: “O instituto de zoneamento dá-se, frequentemente, com o objetivo de dividir o território do município em zonas de uso, o chamado zoneamento funcional.” (MUKAI, 2004, p.129) Instrumento esse elencado no Estatuto da Cidade devendo ser aplicado em conjunto com a Lei do Parcelamento Urbano, lei n.º6.766/79 na busca por bem-estar dos habitantes e o equilíbrio ambiental, escopos da política urbana.

CONCLUSÃO

Da exposição feita conclui-se que o Estatuto da Cidade veio dar efetividade a política urbana constitucional dotando o município de instrumentos necessários para concretizá-la. Inicialmente o zoneamento foi criado pela Política Nacional do Meio Ambiente com caráter de preservação ambiental, porém com a política urbana passou a ser meio de organização pelo qual se instituem zonas de atuação especial com vistas a preservação, melhoria, e recuperação ambiental. Visa, por fim, ordenar as diversas atividades desenvolvidas numa cidade em zonas o que proporciona melhor qualidade de vida aos habitantes quando estabelece local específico para atividades que oferecem riscos à saúde, ao sossego e a segurança da população,

80

além da recuperação e preservação ambiental evidentemente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris: 2002.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 4. ed. São Paulo:Saraiva, 2002.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

MUKAI, Tshio. **Direito urbanístico e ambiental**. Minas Gerais: Editora Fórum, 2004.

OLIVEIRA, Fernanda Fabiana Fuentes Bruzzone. **Direito à oradia urbana e a regularização fundiária de interesse Social**. Niterói/RJ: Editora Impetus, 2012.



REGISTROS

**GRUPO I
AUDITÓRIO – UNIDADE II**

**GRUPO II
SALA 162 – UNIDADE II**

**GRUPO III
SALA 210 – UNIDADE II**















